



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ACTA NÚMERO SEIS

Aos trinta e um dias do mês de Outubro de dois mil e dois, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em Sessão Extraordinária, para o que tinha sido convocada pelo seu Presidente, nos termos da Lei, a Assembleia Municipal deste Concelho, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Na sequência da sentença do Tribunal Administrativo do Círculo de Coimbra, proferida no recurso de anulação (Processo nº 303/02) em que foi decidido que as deliberações tomadas na sessão de 1 de Março de 2002, padecem de ilegalidade em virtude de vício de forma da Convocatória, constante da convocatória de 21/02/2002:

1. **Aprovação da acta da sessão anterior.**
2. **Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal.**
3. **Eleição de Um Representante das Juntas de Freguesia na Assembleia Distrital.**
4. **Eleição do Representante das Juntas de Freguesia e seu Suplente como delegado aos Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses.**
5. **Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para adesão à Agência de Desenvolvimento Regional para o Sistema de Informação da Região Centro.**
6. **Apreciação e aprovação das Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Actividades mais Relevantes da Gestão Autárquica) e da Proposta do Orçamento para o ano 2002.**
e dos seguintes pontos:
7. **Autorização para a contratação de empréstimo até ao limite de € 600.000,00 destinado à Construção da 1ª Fase do Bairro Social do Outeiro (Decreto-Lei nº 110/85 de 17/4.**
8. **Autorização para a contratação de um empréstimo até € 400.000,00 para acções previstas no Plano Plurianual 2002/2006, com participação de Fundos Comunitários.**

Aberta a sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal endereçou os cumprimentos a todos os presentes e aos munícipes presentes nesta Assembleia.

Estavam presentes os seguintes Senhores Deputados:

Irene Paixão dos Santos Leitão, João Adelino Paixão Salvado, Albino Saraiva Cardoso, António Ricardo Craveiro Carvalho, Delfina da Graça Matos Guedes Monteiro, João



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Lucas Leitão, Germano Jesus Mamede Cleto, Carlos Manuel Abrantes Ferrão, Germano Graça Morais, Lúcia Fernandes Almeida Paiva, Umberto Massano Leitão, João Clara Assunção, Fernanda Isento Pereira, José Manuel Novo de Matos, Luís Pedro Matos Soares, José Quaresma Domingos, José Martins Cleto e Joaquim Fernandes Albuquerque.

Foram considerados de acordo com a Lei os pedidos de substituição previamente solicitados pelos Senhores Deputados, José Fernando Carona Leitão, António Lívio Martins Roque e Marco Daniel Lucas Morais.

Usou da palavra a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, para dizer que havia uma discrepância no ponto 2 da presente convocatória, pois que na convocatória enviada ficam por sanar dois vícios que são: Deliberação que aprovou a proposta da resolução do diferendo relativo aos baldios das Freguesias de S. Pedro e Santa Maria e a deliberação que aprovou a proposta de uma vez por ano de uma assembleia em cada uma das Juntas de Freguesia, a constituição de uma comissão para proceder ao estudo da alteração e adaptação do novo regimento.

Usou da palavra o Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos, para perguntar se esta Assembleia é ordinária ou extraordinária? Visto que, não percebe muito bem se esta reunião é uma repetição da Assembleia ordinária de 1 de Março, e o que é que a Lei diz relativamente a repetir-se uma Assembleia ordinária. Isto porque o Senhor Deputado tem muitas questões a colocar no ponto: antes da ordem do dia, e se a Assembleia é extraordinária não contém este ponto, pergunta ainda se esta é apenas uma reunião da Assembleia ou se são 2 reuniões da Assembleia? Uma vez que a convocatória da Assembleia de 1 de Março tinha os seis primeiros pontos desta convocatória, tendo esta ainda mais dois pontos.

O Senhor Presidente da Mesa respondeu ao Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos que a Assembleia está como extraordinária para sanar o que estava mal na reunião de 1 de Março.

O Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos, pergunta novamente à mesa, na tentativa de perceber se existe legalidade nesta situação, ou seja se os Senhores Deputados podem actuar nesta Assembleia de forma como sendo uma ordinária ou extraordinária? E saber se é possível do ponto de vista legal, juntar à repetição de uma Assembleia que é imposta pelo tribunal outros pontos de discussão.

O Senhor Presidente da Mesa responde ao Senhor Deputado, dizendo que a Assembleia é extraordinária e que os pontos sete e oito podem ser acrescentados a esta Assembleia.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, tomou da palavra para dizer que o tribunal não mandou realizar uma reunião específica para sanar as deliberações todas de uma vez, estas poderiam ser sanadas aos “bochechos”. A Senhora Deputada acrescenta que no parecer dela se a reunião é extraordinária os pontos podem ser estes mais os que se lhe quiserem acrescentar. Comunicou ainda que não tinha recebido a acta da última Assembleia.

O Senhor Presidente da mesa perguntou ao serviço de apoio à assembleia se tinha sido enviada a acta aos Senhores Deputados?

O Serviço de apoio à Assembleia respondeu que as actas tinham sido enviadas aos Senhores Deputados.

O Senhor Presidente da Mesa perguntou quantos Deputados é que não tinham recebido as actas.

Ao que respondeu a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, o Senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Deputado Germano Jesus Mamede Cleto que alegou ter saído no dia anterior de Lisboa, antes de ter chegado o correio, houve outros deputados, como o Senhor Deputado João Adelino Paixão Salvado.

O Senhor Presidente da Assembleia comunicou que como havia pelo menos seis Deputados que não tinham a acta da sessão anterior e outros que por a terem recebido no próprio dia não tiveram tempo para a ler iria dar quinze minutos de intervalo para os Senhores Deputados poderem ler a acta da sessão anterior.

Retomados os trabalhos o Senhor Presidente da Assembleia colocou a acta à consideração, para se poderem pronunciar sobre esta.

O Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos usou da palavra para dizer que a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, tinha deixado uma questão em aberto relativamente ao período antes da ordem do dia, o Senhor Deputado enunciou a Lei 169/99 de 18 de Setembro e já actualizada é bastante explícita no artigo 50 e 86 e além disso se se reportassem ao dia 28 de Fevereiro ou 1 de Março tinham um regimento, o Senhor Deputado leu o artigo 16 ponto 1 e 2 deste regimento, onde explica que no ponto 2 nas sessões extraordinárias apenas existem os pontos de ordem do dia e intervenção do público, não existindo assim o período de antes da ordem do dia. Afirmando que era explícito e que achava estranho que a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, que sabia tanto de leis não ter lido estes pontos no regimento.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão usou da palavra e disse que não discutia com o Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos, já que não tinha a mesma veleidade, que ele manifestou, pois que apesar de ter uma enciclopédia em casa, que ensinava par e passo a efectuar uma simples operação cirúrgica ao apêndice, ela não se atrevia a fazê-la.

O Senhor Presidente da Assembleia teve de intervir para acalmar os ânimos dos Senhores Deputados e pôr ordem na Assembleia

O Senhor Presidente da Mesa colocou a acta a discussão e correcção das alterações caso as haja.

Usou da palavra o Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos, que diz que por não ter estado presente na ultima reunião não se pode pronunciar quanto à acta, mas pede um esclarecimento ao Senhor Presidente da Assembleia e outro ao Senhor Presidente da Câmara, relativamente à resposta ao ofício de 23/2 de 26/09/2002 relativo às faltas dos membros da Assembleia municipal, o Senhor Deputado quer saber porque é que a substituição não é legal, disse ainda que se lessem a lei 169/99 corrigida em Janeiro, o artigo 78 e 79 são explícitos, desta forma pergunta em que lei a Mesa se baseou para dar resposta ao ofício e caso não haja outra lei, que interpretação fazem da lei 169/99 para que futuramente não hajam problemas destes. Perguntou ainda ao Senhor Presidente da Câmara qual a nomenclatura utilizada para a Associação de águas Zêzere e Côa e para Central de "Combustagem" da Cova da Beira.

O Senhor Presidente da Assembleia responde ao Senhor Deputado dizendo que consultaram a CCRC e que o Senhor Deputado deveria ter indicado que queria ser substituído.

O Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos pergunta em que é que a CCRC se baseia para dizer que uma pessoa quando falta tem de nomear alguém, pediu ainda para que esta pergunta lhe fosse respondida se possível na próxima Assembleia.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara onde esclareceu o Senhor Deputado Novo de Matos que os termos correctos para Associação de Águas do Zêzere e Côa e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Central de Combustagem da Cova da Beira seriam respectivamente Empresa de Águas do Zêzere e Côa S.A. e Aterro Sanitário Controlado da Cova da Beira.

Após as correcções à acta procedeu-se então à votação da mesma tendo sido aprovada com a seguinte votação: 18 votos a favor e 1 abstenção.

2º Ponto da ordem de trabalho: aprovação do Regimento da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Mesa perguntou à Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, que como já se tinha referido a este ponto se ainda queria usar da palavra para dizer mais alguma coisa.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, usou da palavra para dizer que teriam de mudar este ponto para aquele que efectivamente foi tratado, ou seja para: Aprovação e Constituição de uma Comissão para proceder ao estudo, à alteração e adaptação do novo regimento.

A Bancada Parlamentar do PSD apresentou uma proposta à mesa que o Senhor Presidente da Assembleia passou a ler.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, usou da palavra para dizer que achava que a proposta devia ser retirada, porque os efeitos retroactivos decorrem da lei.

O Senhor Deputado Germano Jesus Mamede Cleto pede um esclarecimento acerca dos efeitos retroactivos que constam na proposta.

O Senhor Deputado João Adelino Paixão Salvado explicou que os efeitos retroactivos são para as decisões tomadas agora, mas que essas decisões é que vão ter efeito retroactivo.

O Senhor Presidente da Assembleia pôs a proposta a votação e esta foi aprovada com 10 votos a favor e 9 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que só estava em discussão o primeiro ponto desta proposta e que tinha de dar razão à Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, quando o tribunal administrativo disse que deliberava a aprovação da constituição de uma comissão para proceder ao estudo, alteração e adaptação do novo regimento.

O Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos usou da palavra para esclarecer que o que é ilegal não é esta ordem de trabalhos o que é ilegal é tudo o que foi decidido relativamente a esta ordem de trabalhos.

O Senhor Presidente da Assembleia pede autorização para a Assembleia dar outra redacção ao ponto 2.

O Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos diz que tinham voltado à estaca zero a 1 de Março, tudo o que decorreu de 1 de Março relativo a este ponto, segundo o tribunal está ilegal, assim sendo neste ponto 2 que é o ponto 1 anterior "Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal" neste caso Aprovação da Comissão para a Elaboração de novo Regimento, o que foi aprovada foi a Elaboração da Comissão, por isso tem-se de voltar a fazer outra comissão ou manter a mesma e depois votar, não se pode fazer mais nada.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, usou da palavra para dizer que o único problema que existe foi um lapso da convocatória, e se todos estiverem de acordo em modificar esta aprovação para a constituição da comissão, se for aprovado, como tem efeitos retroactivos o regimento também fica aprovado.

O Senhor Presidente da Assembleia perguntou se a Assembleia estaria de acordo em mudar o ponto 2 para aprovação da constituição da comissão para proceder ao estudo de alteração e adaptação do novo regimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Senhor Presidente da Assembleia propôs à votação esta substituição, tendo sido aprovada por unanimidade.

3º Ponto da ordem de trabalho: Eleição de um representante das Juntas de Freguesia na Assembleia Distrital.

O Senhor Presidente da Assembleia comunicou que na reunião de 1 de Março o PSD apresentou uma proposta com o nome do Senhor Presidente da Junta de Santa Maria, o qual após voto secreto foi aprovado com 11 votos, como têm de voltar ao início o Senhor Presidente da Assembleia perguntou se alguém tinha alguma coisa a dizer.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, usou da palavra para dizer que se queria opor à propositura deste nome a Assembleia distrital de freguesias, já que foi pedido um parecer, junto do T.C. no sentido de se pronunciar acerca de uma eventual incompatibilidade do cargo de Presidente da Junta de Freguesia e de adjunto de Gabinete do Vice-Presidente. Aproveitou ainda para esclarecer o visado, em resposta à pergunta que por escrito tinha formulado, ao Sr. Deputado Albino Cardoso, para o informar, de que o pedido de esclarecimento tinha sido interposto junto do Tribunal de Contas, e que este já se tinha pronunciado sobre determinada incompatibilidade, que refere não existir já que o mesmo já tinha resposta, onde diz que em virtude de que o Senhor não exerce o cargo de Presidente de Junta com carácter de não permanência, não configura a noção de cargo político, e como tal não se verifica uma ilegitimidade superveniente, quanto às outras questões das incompatibilidades colocadas, o Senhor Procurador do Tribunal Constitucional informou-os que remeteu o processo para o Tribunal competente, que é Tribunal Administrativo de Coimbra, e enquanto não tiverem a clarificação da situação não podem aprovar este nome, opondo-se assim à propositura do mesmo.

O Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos, entregou à mesa um requerimento com perguntas, dependendo deste requerimento a sua votação no Senhor Deputado José Quaresma Domingos.

O Senhor Presidente da Mesa passou a ler o requerimento entregue pelo Senhor Deputado Novo de Matos, mas devido a uma dificuldade de caligrafia passou o próprio a ler o requerimento.

O Senhor Presidente da Mesa comunicou ao Senhor Deputado que seria dada uma resposta ao requerimento depois de consultar a Câmara.

O Senhor Presidente da Mesa perguntou aos Senhores Representantes dos grupos partidários se tinham alguma proposta para colocar à mesa, indicando eventualmente outros nomes para representante das juntas de freguesia na Assembleia Distrital.

Não havendo mais nenhuma proposta o Senhor Presidente da Mesa passou a palavra ao Senhor Deputado José Quaresma Domingos, onde este informa que devido às questões levantadas pelo grupo parlamentar de PS abdica do seu cargo de representante das Juntas de Freguesia na Assembleia Distrital, até tudo ser esclarecido.

O Senhor Presidente da Mesa informou que a proposta entregue pelo PSD, deixa de ter efeito, uma vez que nesta proposta o grupo parlamentar do PSD, propunha para representante das Juntas de Freguesia na Assembleia Municipal o Senhor Presidente da Junta de Santa Maria, como este não aceita o cargo, tem de se nomear outra pessoa.

Depois de prestar alguns esclarecimentos o Senhor Presidente da Mesa informou que para sanar, o que estava para trás tinha-se de manter a mesma proposta e votá-la, depois o Senhor Deputado pode pedir a demissão e só depois é que se nomeia outro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Senhor Presidente da Mesa propôs a proposta a votação secreta. Esta foi aprovada com 11 votos a favor, 4 abstenções, 2 votos contra e 2 brancos.

O Senhor Presidente da Mesa informou que quanto ao que se viesse a passar com o Senhor Presidente da Junta de Santa Maria tomariam na altura as cautelas necessárias e que não iriam eleger já qualquer outro elemento, porque podia não ser necessário.

4º Ponto da ordem de trabalho: Eleição de um representante das Juntas de Freguesia e seu Suplente como delegado aos Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém tinha uma lista para apresentar relativamente a este ponto.

Deu entrada na mesa uma lista do PSD que o Senhor Presidente da Mesa passou a ler, em que esta lista propunha para Representante das Juntas de Freguesia o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro, o Senhor Luís Pedro Matos Soares e seu Suplente como delegado aos Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Amoreira, o Senhor Joaquim Fernandes Albuquerque, como não foram apresentadas mais propostas o Senhor Presidente da mesa colocou a proposta a votação secreta, sendo aprovada com 11 votos a favor, 6 abstenções e 2 votos contra. O Senhor Presidente da mesa colocou os votos à disposição dos Senhores Deputados caso os quisessem consultar.

5º Ponto da ordem de trabalho: Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para adesão à Agência de Desenvolvimento Regional para o Sistema de Informação da Região Centro.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, usou da palavra, para perguntar quais os benefícios e custos da adesão à Agência de Desenvolvimento Regional para o Sistema de informação de região Centro, para que depois não se vejam confrontados com problemas, como os da adesão às águas do Zêzere e Côa.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara respondeu à Senhora Deputada, onde diz que o envolvimento da Câmara nesta matéria resume-se a integrar o capital social, e a Manteigas coube uma fatia de 2500 €, que a entidade promotora é a Comissão de Coordenação da Região Centro e os parceiros são as autarquias, instituições financeiras, universidades, empresas, sendo o objectivo promover e desenvolver a Região Centro.

Refere ainda que a autarquia foi seleccionada para o desenvolvimento do início da implementação do site.

O Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos usou da palavra para perguntar se a rede era informática ou não informática?

O Senhor Vice-Presidente respondeu-lhe que a rede era informática com ligação à Internet, onde se pretendia divulgar através dessa rede informação sobre o concelho, de forma a atrair pessoas.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, pergunta se já há constituição, e comissão jurídica desta agência.

O Senhor Vice-Presidente responde à Senhora Deputada que já há constituição, estatutos, sendo a Câmara Municipal parceira desta agência.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, pergunta qual o custo do acesso desta página aos utilizadores.

O Senhor Vice-Presidente responde que o acesso é universal e gratuito, e que a partir



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

do 3º ano o investimento é reprodutivo.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, pergunta se a partir do 3º ano, em vez de lucro der prejuízo, a Câmara terá de continuar a investir e as contrapartidas não sejam aquelas que correspondem agora às expectativas.

O Senhor Vice-Presidente responde à Senhora Deputada que o máximo que pode fazer é disponibilizar os estatutos que já foram aprovados.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, refere que acredita que a Câmara tenha sido diligente o suficiente para salvaguardar eventuais problemas futuros, como já tinha acontecido.

O Senhor Vice-Presidente disse à Senhora Deputada que as coisas são perfeitamente acauteladas e que mesmo por mais bem acauteladas, podem sempre surgir contratemplos, referiu ainda que se comprometia a distribuir os estatutos à Assembleia.

Usou da palavra o Senhor Deputado Germano Jesus Mamede Cleto, para perguntar se vai haver um conselho fiscal ou um organismo equivalente que controle.

O Senhor Vice-Presidente respondeu dizendo que as entidades envolvidas parecem dispor de toda a credibilidade até prova em contrário.

Usou da palavra o Senhor Deputado João Lucas Leitão, para perguntar qual as consequências se o Concelho não aderir a esta agência.

O Senhor Vice-Presidente disse que o que podia acontecer era que ao se abrir a página das autarquias da zona centro, não constar a página da Câmara Municipal de Manteigas, ou quando procurassem destinos turísticos Manteigas não constar.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que todas as questões são importantes e pertinentes, já tendo o Senhor Vice-Presidente respondido a algumas. Acrescentou ainda que esta empresa já estava em funcionamento e que já tinha estado na Câmara Municipal de Manteigas, que considerou por ser uma Câmara pequena devia fazer duas coisas essenciais, a 1ª, ver se os comportamentos e procedimentos adoptados pelas Câmaras municipais devem de alguma maneira ser tendencialmente iguais no sentido de os municípios na generalidade do País saberem as linhas com que se cossem relativamente aos diversos procedimentos, a empresa estava a fazer o levantamento dos procedimentos da Câmara Municipal de Manteigas neste concreto, no sentido de duas coisas, 1º a Câmara de Manteigas este qual está, e colocá-la à disposição de todos os municípios, fazendo quiosques multimédia para que as pessoas possam fazer consultas das mais diversas designadamente actas, como entrar com projectos, como fazer um loteamento, toda esta matéria já está neste momento a ser levantada por diagnóstico, simultaneamente está-se a fazer uma fase seguinte que é de prognóstico, por exemplo se esta Câmara está assim e até trabalha bem e a outra está diferente e não trabalha tão bem está-se a fazer um processo de adequação de homogeneização de comportamentos e procedimentos, sendo esta a 2ª fase; a 3ª fase depois de conformadas as atitudes, tentar o guia de qualidade para as autarquias, porque lhe parece que é uma necessidade bem grande no sentido de que tudo esteja fluentemente organizado, simultaneamente aparece um site que seja divulgador. O Senhor Presidente da Câmara informa ainda que presentemente esta empresa já tem uma adesão de 79 Câmaras Municipais, já todas elas tendo feito a sua adesão como a nossa Câmara, já tem os órgãos sociais designados, e é do nosso entendimento e querer independentemente dos lucros que possa vir a produzir, uma vez que está a ser financiada por verbas do 3º quadro comunitário expressamente para este efeito, senda à volta de 1 milhão de contos a candidatura estabelecida, para instalações de sede, órgãos sociais, pessoal de apoio e é liderada por um funcionário



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

da CCRC, e que o lucro será em função das comunidades a quem se vai dirigir que são as Câmaras e os seus munícipes.

Se irá ou não dar lucro, futuramente se verá, mas vai dar com certeza algum lucro que será o proporcionar aos utentes da Câmara municipal a possibilidade de terem informações e outras facilidades e acessibilidades em qualquer parte do Concelho.

O Senhor Presidente da Assembleia propôs a votação o ponto 5 e este foi aprovado por unanimidade.

Fez-se então um intervalo de quinze minutos.

Retomados os trabalhos, passou-se para o ponto 6.

6º Ponto da ordem de trabalho: Apreciação e aprovação das Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Actividades mais Relevantes da Gestão Autárquica) e da Proposta do Orçamento para o ano 2002.

O Senhor Presidente da Assembleia perguntou se os Senhores Deputados estavam devidamente esclarecidos relativamente ao plano e à proposta para o orçamento para o ano de 2002, pediu ainda para se inscreverem caso queiram fazer alguma intervenção.

Usou da palavra o Senhor Deputado Germano Jesus Mamede Cleto, referenciando que tomou atenção à introdução da proposta do orçamento para o ano 2002. Referiu ainda que na introdução há um objectivo algo ambicioso com o qual está de acordo. O Senhor Deputado refere que tem a sensação que há uma certa fuga em frente, sublinhou que já tinha feito as suas referências ao campo de Golfe em Vale de Amoreira e frisou que não regatearia o mínimo que fosse a tudo o que representasse um acréscimo de comodidade, condições de habitabilidade, tudo o que contribuísse para que a freguesia de Vale de Amoreira tenha uma mais valia e um acréscimo de conforto para os habitantes. Referiu ainda que Vale de Amoreira e toda aquela zona tem direito a ambicionar uma promoção turística, refere ainda que se devia fazer uma prospecção de mercado, ver a procura e a oferta relativamente ao turismo agrário e rural, e que não nos devíamos esquecer que a concorrência é grande relativamente aos campos de golfe. Disse ainda que segundo a proposta, a aquisição dos terrenos, mais o projecto mais as obras totalizam cerca de 3 milhões e 400 mil Euros, o que dá aproximadamente 660 mil contos, para o edifício dos CTT, recuperação de edifícios velhos, etc., estão previstos 1 milhão 645 mil e 75 Euros, 2 milhões e 402 mil Euros para a piscina, e que tínhamos para estes dois projectos à volta de 4 milhões de Euros. Cerca de 800 mil contos. O Senhor Deputado diz ainda que tudo isto não está correcto porque vai-se fazer um grande investimento e não se tem a certeza da rentabilidade deste investimento, que acha que em termos de realização e planificação há que dar prioridade ao que foi projectado, a tudo o que foi anunciado e prometido e que ainda não foi realizado. Finalizou dizendo que nunca regatearia um tostão para benefício e comodidade da população, e que a curto prazo não via uma mais valia significativa para a terra, dizendo ainda que era contra esta proposta.

Usou da palavra a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, começando por tranquilizar o colega de bancada porque não iria haver investimento nenhum, já que o plano de actividades e orçamento plurianual 2002-2006 era a continuação de todos os planos plurianuais desde que conhecia o Senhor Presidente da Câmara como responsável por este Executivo, e que, tirando um ou outro projecto, como era o caso do campo de golfe, a piscina de água quente e a Pista de gelo, mais nenhum projecto novo se verifica plasmado no documento que lhes foi apresentado, para além de verificar pela análise comparativa com os outros planos e da nota introdutória, que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Senhor Presidente faz nele, constar as próprias contradições das próprias políticas nele contidas, porque, por um lado dá prioridade absoluta a uma estrada de circunvalação, por outro lado dá prioridade à revitalização e reconstrução de centro histórico, não vendo a Senhora Deputada, como é que se concilia com a evolução do crescimento demográfico negativo no Concelho, reabilitar o centro histórico, e consequentemente povoando-o; pergunta aonde se vão arranjar as pessoas para ocuparem uma nova zona urbana, por outro lado e relativamente aos projectos que vai referir e que já existem há 6 anos, nomeadamente no sector do abastecimento público, o abastecimento de água, o abastecimento de resíduos sólidos urbanos, estão por concluir há anos, os arranjos urbanísticos das praças e os pavilhões de apoio à indústria, o reordenamento do ribeiro da vila, a rede viária a sinalização semafórica é o que está à vista e ainda assim estão inscritos 129 mil 538 Euros no orçamento para fazerem funcionar os ditos semáforos, a Senhora Deputada diz ainda que estranha que uma autarquia como a nossa pretenda substituir a actividade privada na construção de um restaurante em Sameiro, perguntou se para a exploração desta unidade estaria o executivo a pensar na constituição de uma parceria de capitais mistos para o explorar. Mas se assim for a Senhora Deputada terá de lembrar ao Senhor Presidente o discurso que fez na tomada de posse do 1º mandato em que uma das linhas mestras da política que tinha para o concelho se baseava na separação entre o investimento público e o privado e afirmava mesmo que não permitiria a promiscuidade entre os mesmos. Mas que lhe parecia que passados nove anos se tinha convertido. No âmbito do turismo, do qual faz o apanágio quase em absoluto da gestão para salvar a actividade produtiva, tem apenas inscrito no orçamento adquirir terrenos e imóveis, achando a Senhora Deputada que as palavras são sinónimas, a substituição dos candeeiros na via publica, a Senhora Deputada não entende o porquê da substituição, uma vez que há menos de dois meses foram substituídos uns candeeiros terceiro mundistas por outros ainda mais terceiro mundistas. A Senhora Deputada pergunta se a verba será para substituir estes por uns ainda piores. Saliu ainda que, nenhum dos que ali estavam regateavam como muito bem tinha dito o Senhor Deputado Germano, qualquer investimento produtivo e reprodutivo para aquela freguesia, mas achava que nenhuma cabeça de bem pensar acha viável que um investimento daqueles, campo de golfe, eventualmente possa ter alguma serventia em Vale de Amoreira, quando tantas necessidades básicas estão ainda por concluir, e se tal projecto se concretizar o que será de certo modo desastroso com dinheiros públicos, dinheiro dos fundos comunitários, dinheiro dos municípios, dinheiro dos impostos, eventualmente acontecerá o mesmo que aconteceu com o complexo da Reboleira, uma vez que a Senhora Deputada esteve lá 2 horas com os seus três filhos, um com instrutor e uma hora livre e pagou 16 contos. A Senhora Deputada referiu ainda que o investimento que se está a fazer ainda não é visível em Manteigas e que a Pista de Ski não é um incremento para a restauração do concelho, porque muitas pessoas que a frequentam almoçam em Seia, Gouveia, Covilhã e em Manteigas não. Usou da palavra o Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos onde referiu que em relação às Grandes Opções do Plano era interessantíssimo porque teriam agora uma vantagem enorme, porque isto seria um “dejávue”, ou seja estamos a reportar-nos a alguns meses atrás e vemos o que a Câmara já tem feito e como as coisas têm evoluído nestes meses, referiu ainda que naquela altura se tinha abtido, e não sabia se teria agora a mesma posição. O Senhor Deputado disse ainda que iria tecer alguns comentários sobre esta situação, primeiro acha que os investimentos que a Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

fez, provavelmente com muito boa intenção, alguns deles são quase anedóticos, disse ainda que a questão levantada pelo partido socialista era uma anedota pegada. O Senhor Deputado perguntou a quem é que servem os semáforos? Referiu que os semáforos servem nas grandes cidades, onde há muito trânsito, muita confusão, para que o trânsito seja melhorado, aqui os turistas que vêm das grandes e pequenas cidades que também já devem ter semáforos, vêm para aqui, querem estar sossegadinhos e chegam cá e vêm semáforos, o Senhor Deputado referiu que até tem andado a pensar desde que chegou a Manteigas e viu à entrada da freguesia de onde o Senhor Presidente da Câmara é natural aquelas coisas monstruosas, uma freguesia onde fez uns arranjinhos todos bonitos, umas casinhas, fez um campo de jogos, agora os semáforos, para ele era surrealista. Referiu ainda que não sabe para que servem os semáforos, uma vez que não há trânsito e que os peões têm a passadeira. Perguntou ainda se havia estatísticas a dizer que houve ali muitos acidentes e os semáforos eram justificados. O Senhor Deputado referiu ainda que os semáforos são perfeitamente supérfluos e para além disso são anti natura para uma vila pequena, recatada, calma, tranquila que é o que queriam que ela fosse. O Senhor Deputado disse ainda que poderia haver outra versão, que os semáforos poderiam ser uma exigência da população de Manteigas, mas se fossem pelas ruas e perguntassem, ninguém pelo menos com quem o Senhor Deputado tenha falado, lhe disse que precisavam dos semáforos. O Senhor Deputado diz ainda que este já foi dinheiro gasto, mas que a anedota não acaba, a anedota é ainda maior, porque os semáforos já estão há algum tempo colocados e estes não funcionam, refere ainda que isto é uma crítica que faz bastante acutilante, porque andaram muitos anos a defender que Manteigas era um oásis para se trazerem os turistas que é uma maravilha o coração da serra da Estrela e depois aparece disto nesta pequena vila, era uma coisa bizarríssima. O Senhor Deputado diz ainda que na última discussão do PIDDAC na Assembleia da República, no Orçamento Geral de Estado e na votação por especialidade, o Partido Comunista propôs um pedido de uma verba específica para Manteigas para 3 situações que se achava que eram fundamentais, que era a remodelação do centro de saúde, que pensa que isso a Câmara irá fazer ou que estará agendado nesta opção de plano, era também o pavilhão coberto gimnodesportivo para a C+S, que pensa que não está agendado, mas que o Senhor Presidente o irá corrigir se estiver enganado e é a construção de mais sete salas de aulas que realmente acha que são essenciais; outra coisa que o Senhor Deputado diz é que altera a sua atitude actual em relação à atitude em termos de gastos que está incluída nestas opções do plano de investimentos e actividades desta autarquia, que é a questão da água e o Senhor Deputado só vai falar disso porque o seu nome foi referido publicamente, em que diziam que este tinha votado favoravelmente o aumento da água, sendo isto perfeitamente bizarro, uma vez que ele já em Assembleias anteriores tinha referido que quer a energia eléctrica quer a água deveriam ser gratuitas para a população de Manteigas, uma vez que somos nós que fornecemos água e energia eléctrica para o resto do País, porque é na Serra da Estrela que aparecem os 3 maiores rios nacionais e esta terra paga bem pela água, e uma vez que existe este conceito de interioridade que outra terra está localizada num covão rodeada de montanhas por todo os lados, se há interioridade Manteigas é um bom exemplo de interioridade, em contrapartida o que é que o País oferece, ou neste caso o que é que este conjunto de municípios oferece a Manteigas? Oferece zero, então vamos combater a interioridade porquê? Porque nós estamos a oferecer aos outros a água e a energia na maior, e nós Manteigas lucrámos o quê com isso? O



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Senhor Deputado refere que já tinha defendido este ponto de vista anteriormente, e que ficou um pouco afrontado quando lhe disseram que tinha votado favoravelmente o aumento da água, diz ainda que o tarifário das águas é uma questão que só diz respeito à Câmara Municipal, à Assembleia Municipal, e que um único elemento de coligação entre dezanove nunca poderia defender um aumento do tarifário da água, o Senhor Deputado diz que o que de facto aprovou e entendendo que dando o benefício da dúvida à Câmara que de facto esta iria defender os interesses da sua população, aprovou na globalidade o regulamento do abastecimento de água, referindo o Senhor Deputado o artigo 22, ponto 2, refere ainda que na altura até pensou muito ingenuamente que provavelmente o custo da água até seria reduzido, porque o nosso Presidente da Câmara que é um indivíduo altamente dedicado a esta terra e que já não é o primeiro mandato em que está, é Presidente de uma série de coisas como seja da Associação de Municípios da Cova da Beira, do Aterro Sanitário Controlado da Cova da Beira, da Empresa de Águas do Zêzere e Côa S. A., logo ele move influências a este nível, portanto provavelmente com estas influências, seria de defender Manteigas ao máximo, mas refere que ainda houve outra questão que teve conhecimento na altura, mas que realmente não sabia quanto é que gastava de água em Lisboa, mas verificou que a Câmara tinha mandado com data de 15 de Abril de 2002 um documento aos munícipes com os preços da água, foi recebido a 18 de Maio e veio depois só a 26 de Abril convocar a Assembleia para se propor a aprovação do regimento, é evidente que o Senhor Deputado só viu isto depois da Assembleia, mas que os munícipes devem ter visto isto antes de 26 de Abril.

O Senhor Presidente da Assembleia interrompeu o Senhor Deputado para lhe lembrar que estariam ali a tratar do plano.

O Senhor Deputado disse que estava a discutir investimentos que a Câmara fez ou tem feito, logo é um problema de projecção do plano, logo não estaria a dizer nada que fugisse ao ponto, finalizou dizendo que não iria votar favoravelmente as Grandes Opções do Plano para o ano 2002.

Usou da palavra o Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso, para dizer que é de lamentar que aquilo que estava projectado para este ano não tem o menor cabimento, não o tem em 30 de Outubro, nem o tinha em 1 de Março, na altura não tiveram oportunidade de apreciar este plano, mas há coisas que realmente saltaram à vista e que passará a enumerá-las, focou que a questão dos túneis não constava em PIDDAC, não era culpa do PS, e disse ainda que o PS em situação alguma tentou impedir que os túneis tivessem uma realidade, referencia a estrada de circunvalação de Manteigas em que o Senhor Deputado pergunta o que é que existe em PDM? Que tinha tido conhecimento pelas actas da Câmara que a Senhora Arquitecta fez uma proposta de alteração ao PDM, perguntou se havia vontade política ou necessidade técnica? Parecia-lhe que a técnica se sobrepunha à política, e quando isso acontece muita coisa vai mal. Depois referiu-se à rede telefónica à televisão por cabo, às águas, às redes pluviais, que isto só na imaginação de cada um que era uma perfeita utopia que já era mais utópico que os aumentos da água que pareciam começar a ser uma realidade, e que a reabilitação de S. Gabriel pertencia ao passado. Perdeu-se uma excelente oportunidade para resolver, aquando da visita do Senhor Presidente a possibilidade de ultrapassar a situação dos terrenos do INATEL para a construção da Piscina e Ringue de Gelo.

O Senhor Presidente da Mesa interrompe o Senhor Deputado para o lembrar que estavam a analisar o plano em 1 de Março e não agora.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Senhor Deputado responde que começou o seu discurso exactamente com isso.

O Senhor Presidente da Mesa diz ao Senhor Deputado Albino Cardoso que em 1 de Março ele não sabia se o plano de S. Gabriel estaria ou não ultrapassado.

O Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso continua a sua explanação onde refere que os ecopontos e os ecocentros continuam a ser uma miragem, quando aqui perto em Valhelhas os encontrávamos, do plano de urbanização nada se sabia, parecia-lhe que havia bons ventos em relação à energia eólica e que ela realmente traga vantagens para o concelho, a piscina aquecida e o ringue de gelo, que não sabia o que se estava a passar, o campo de golfe em Vale de Amoreira que lhe parecia que ninguém estava de acordo com ele. Refere ainda que na última página da explanação do Senhor Presidente este começa por dizer que menciona 5 vectores principais, o Senhor Deputado refere que salvo melhor observação só lá vê três e pede ao Senhor Presidente da Câmara que diga quais é que são os outros dois. Diz ainda que pegando no plano Plurianual e naquilo que está previsto para o ano 2002 e depois de tirar algumas notas são de pasmar as conclusões a que chegou, explicando que dentro do mais relevante temos uma aplicação de 40% de projectos, em conclusão o que é necessário pagar outros 40% os restantes 20% são absorvidos por não especificados e que resumem de certa forma o nosso plano, o que era muito pouco no dia 1 de Março, hoje é uma constatação.

Usou da palavra o Senhor Deputado João Leitão para referir que estava de acordo com a Pista de Ski e que os comentários das pessoas eram de que se tinha trazido movimento para estes lados. Sobre o campo de golfe referiu que era bom que houvesse dinheiro para tudo, seria bom sinal, mas como só há para algumas coisas vai-se de facto tentar chegar a outras prioridades, referiu que quando foi da Pista de Ski houve grandes movimentações e que ninguém acreditava, mas o Senhor Deputado colocou-se ao lado do Senhor Presidente e continua a achar que a Pista de Ski foi um bom investimento.

Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Soares para dizer que relativamente ao investimento que muita gente tinha dito que era a Pista de Ski, tinha em seu poder uns dados que lhe tinham sido fornecidos pelo Skiparque e que no último fim-de-semana tinham passado 600 esquiadores pela Pista e que desde que aquilo abriu já lá passaram 193 mil esquiadores, desde Dezembro do ano passado o que ainda não tinha feito um ano, o que demonstrava bem o investimento que era, e que se as pessoas não almoçavam, jantavam ou dormiam cá, talvez devido em parte ao desinteresse dos investidores privados, pois tinha havido no fim-de-semana passado um colóquio em Sameiro promovido pelo NERGA em que estiveram pessoas directamente ligadas ao Plano Operacional da Economia, nomeadamente uma directora da Direcção Geral da Economia do Centro, em que foi explícito como é que se operavam os incentivos ao investimento no turismo, saíram cerca de 800 convites do NERGA, estiveram cerca de 30 pessoas incluindo os convidados para a mesa, onde não havia uma única do concelho de Manteigas que fosse directamente ligada ao turismo, havia pessoas de Manteigas, mas não ligadas directamente ao turismo.

Usou da palavra a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, para esclarecer uma situação, onde diz que o investimento da Reboleira foi um bom investimento, resta saber é para quem é que foi o bom investimento, com certeza que não foi para o concelho de Manteigas, porque o investimento está orçado em 600 mil contos, e como já tinha dito, pagos com fundos comunitários, pagos com dinheiro dos contribuintes e uma migalhinha paga pelo concessionário, que segundo a Senhora Deputada já soube



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

o concessionário quer uma reprogramação financeira, da Pista de Ski a Senhora Deputada disse que não iria falar mais, porque há muitos dados e muitos estudos que ainda têm de ser feitos, e um deles até se prende com um dos pontos que está a seguir, portanto o investimento em si é bom e reprodutivo, só que os fundos da reprodução não ficam aqui no concelho, sendo isto o que é preciso salientar.

Usou da palavra o senhor Deputado Humberto Leitão, que quer frisar dois pontos que lhe parecem oportunos, um deles é o reportar-se ao dia 1 de Março e o outro já que o ponto 6 diz “Actividades mais relevantes da Gestão Autárquica” e isto tem a ver com a decisão do executivo em relação aos novos preços da água, pois é para ele chocante ser ultrapassado por uma viatura do Zêzere e Côa a uma velocidade enorme, quando este se deslocava para o Fundão, e existirem pessoas em Manteigas que têm uma reforma de 28 ou 30 contos. O Senhor Deputado referiu que se tinha falado em Vale de Amoreira e no campo de golfe, ele não era contra o campo de golfe, antes pelo contrário, mas tem de levantar uma questão: não seria possível fazer de Vale de Amoreira e Sameiro uma aldeia como o Piódão da Serra da Estrela?

O Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos interrompe o Senhor Deputado Humberto Massano Leitão para o esclarecer que a aldeia do Piódão é na Serra do Açor.

O Senhor Deputado Humberto Massano Leitão continua a sua intervenção a dizer que há uma riqueza muito grande em xisto nestas duas aldeias, e pergunta porque é que no plano não vem integrado tornar-se a pôr aquelas aldeias com o xisto à mostra, porque era possível fazer de Vale de Amoreira e Sameiro dois Piódão da Serra da Estrela.

Usou da palavra o Senhor Deputado Germano Jesus Mamede Cleto, que retoma um pouco a intervenção do Senhor Deputado Humberto Leitão e frisa que não é contra um investimento rentabilizador, mas que pensa é que há alternativas, por exemplo o Presidente da Câmara da Covilhã vai fazer um aldeamento turístico de 500 casas nas Penhas da Saúde e que tinha lido num jornal regional que na Senhora do Espinheiro se estava a pensar num aldeamento. O Senhor Deputado pensa que hoje campos de golfe estão em concorrência. A Pista de Ski já está feita e deseja que tenha o máximo de frequência, que tinha sido céptico quanto a ela, a Pista de Ski tinha sido inédita, mas um campo de golfe é um investimento muito caro e tem imensa concorrência. O Senhor Deputado pensa que poderá haver possibilidades de um turismo agrário, ou turismo rural, um aldeamento, e quer que fique bem claro que não é contra investimentos que rentabilizem e sejam rentáveis para Vale de Amoreira e consequentemente serão rentáveis para Manteigas. Relativamente ao campo de golfe acha que em primeiro lugar a desproporção do investimento e em segundo lugar a questão relativamente à rentabilidade, porque 660 mil contos são aproximadamente 32 milhões e 380 mil Euros, é muito dinheiro.

Usou da palavra o Senhor Deputado João Lucas Leitão, referindo-se ao empreendimento da Relva da Reboleira e que directamente não se viam receitas porque infelizmente Manteigas não tem empresários que possam ser eles a explorar o empreendimento. Referiu ainda que se lhe perguntassem se tinha votado naquela maneira de exploração que diria que não, mas que tinha votado para que aquilo funcionasse, referiu ainda que se se querem trazer pessoas têm de se criar condições. O Senhor Deputado disse que Seia queria fazer um aldeamento turístico na Senhora do Espinheiro, mas que também queria fazer uma Pista de Ski, isto porque sabem que as pessoas vêm para cá, é preciso é criarem-se condições para que as pessoas cá



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

fiquem, disse ainda que quando tivemos a Enatur a explorar o Hotel, tínhamos turismo de qualidade e que o comércio funcionava, finalizou dizendo que se queremos que nos tragam dinheiro temos de arranjar turismo de qualidade, sendo o turismo de qualidade, esta aposta na Pista de Ski e no campo de golfe que se tenciona fazer em Vale de Amoreira, porque esses é que trazem dinheiro.

Usou da palavra a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, onde referiu que para além das objecções que já foram levantadas à concepção e construção do campo de golfe, parece-lhe que tecnicamente também vai ser complicado, porque aquilo vai precisar de relva, adubos, fertilizantes que podem eventualmente contaminar os lençóis de água, os solos, etc. E que como o Senhor Presidente é apologista das questões do ambiente deve ter tido em conta todas estas considerações. No entanto a Senhora Deputada continua a pensar que não são viáveis porque são extremamente onerosas, e quanto à questão do turismo de qualidade é da sua convicção que os praticantes de golfe que frequentam a Quinta da Marinha e a Quinta do Patinho, não vêm para Vale de Amoreira jogar golfe e os que residem em Vale de Amoreira e as outras populações limítrofes, não têm capacidade financeira para comprar um taco de golfe que custa um balúrdio.

Usou da palavra o Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso, dizendo que sobre o campo de golfe não se iria pronunciar mais, que deixaria isso para os técnicos que estão melhor habilitados que ele, mas lembra a história da Relva da Reboleira e a questão que tinham colocado nesta Assembleia e que tinha sido chumbada, em que alertavam para a elaboração de um projecto global, chumbaram a proposta, mas a verdade é que ultimamente a empresa concessionária tem vindo a enriquecer as valências do parque e vê-se a necessidade de se fazerem restaurantes, habitações para dormidas e alojamentos. O Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso quer prestar outro esclarecimento relativamente ao regulamento das águas, e leu o capítulo terceiro, artigo 10 e 22, o Senhor Deputado quer lembrar que quando o regulamento foi abordado faltavam folhas.

Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Soares, para explicar ao Senhor Deputado Humberto Massano Leitão que em Sameiro estava a ser feita a recuperação de casas em xisto, por exemplo a Junta de Freguesia tinha recuperado uma casa em xisto, o Senhor João Clara recuperou outra e que havia mais exemplos, por isso estava a ser feita uma recuperação gradual, mas também é complicado dizer às pessoas antigas que têm as casas rebocadas e pintadas de branco para agora as porem em xisto.

Usou da palavra o senhor Deputado João Adelino Paixão Salvado, dizendo que sobre o assunto do orçamento não se iria alongar muito, mas que havia três ou quatro questões que gostaria de colocar, referiu que era complicado estarem em Outubro a discutir um orçamento que teve início em Março. O Senhor Deputado disse que iria dizer com toda a clareza, não na qualidade de Presidente do grupo parlamentar do PSD, mas em seu nome pessoal, algumas situações que vinham mencionadas no plano, também teve dúvidas. O Senhor Deputado disse que não estavam ali, nem ele estava ali para dizer que sim a tudo, mas era evidente que naquela altura, quem pega num plano como o que foi apresentado, que não conhece determinadas realidades, que tem de ter uma determinada posição, e é fácil perceber em caso de dúvida qual a posição que as pessoas naturalmente assumem, isto tanto valia para a bancada do CDU, do PS, como do PSD. Refere ainda que na altura a bancada do grupo parlamentar do PSD votou este plano, e hoje não tem outra alternativa senão votá-lo também, e que não tem outra alternativa, não querendo dizer com isso que o Plano



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

sofra de tantos males assim, que não mereça ser aprovado. A realidade a que hoje foram conduzidos a esta Assembleia obriga-os claramente a terem de aprovar o plano, mas não os obriga a que não possam manifestarem algumas dúvidas que possam ter relativamente a este Plano, mas que nesta altura claramente e agora reforçadamente, tinham de dar esse benefício da dúvida. Refere que havia 2 ou 3 questões que na altura também lhe levantaram dúvidas, e que em algumas delas fala com conhecimento pessoal e técnico, nomeadamente a questão do campo de golfe, questão da piscina e da Pista de gelo e a questão da relva da Reboleira, principalmente a questão do campo de golfe, este é um investimento muito grande que obriga a grandes despesas mensais e anuais, prevê, porque na altura não conhecia com realidade que a Câmara tenha desenvolvido vários contactos e deferido um plano para o desenvolvimento do campo de golfe, porque se na verdade também o não fez então é complicado o campo de golfe, um campo de golfe custa em média por mês em manutenção um valor da ordem dos 8 a 10 mil contos, o que não quer dizer que não seja produtivo, antes pelo contrário, é produtivo têm é de estar associadas a esse campo de golfe outras actividades, que naturalmente obriguem à vinda de turistas, que podem pagar cotas mensais de valor alto para poderem usufruir do campo de golfe, que não havia dúvida nenhuma quando ao exercício da Câmara de Manteigas pensou no campo de golfe, por aquilo que hoje já sabe, pensou num determinado rumo que lhe parece acertado, se o vai conseguir ou não neste momento também o não vai garantir. Quanto à questão da própria Pista, o Senhor Deputado tem de dizer que na sua opinião é um excelente investimento, foi um bom motivo turístico para a região, e que é muito falada em Lisboa, a Pista claramente trás gente, mas aqui também deixa uma dúvida: que benefício próprio as pessoas de Manteigas tiram daquela Pista? Aqui o Senhor Deputado diz que tem de concordar com a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, porque também já lá tinha estado e sabia quanto tinha pago, e que ali sim a Câmara tinha de ter algum papel pedagógico e se calhar com alguns custos terá que tentar tirar alguns benefícios da Pista para a população de Manteigas, nomeadamente para rapazes novos que gostem daquilo e até se calhar apoiá-los a promover o incentivo daquela modalidade para daqui por uns anos haver alguém daqui de Manteigas que possa discutir campeonatos e que possa dizer que é de Manteigas e que tirou esse benefício pelo facto de haver cá a Pista, o Senhor Deputado sabe que a Câmara está a pensar fazer alguma coisa nesse sentido. Relativamente à questão dos semáforos, também ficou espantado, perante isto e em seu nome particular é a sua opinião, mas na qualidade de Presidente do grupo parlamentar do PSD é evidente que vai pedir aos Senhores Deputados para votarem favoravelmente este Orçamento e este Plano.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa para dizer que quanto a S. Gabriel, lhe pediram para ser gerente da firma, julgando ele que ia ser um intermediário entre a Câmara e a família Matos Cunha; já foi a custo zero para a firma 4 vezes a Lisboa, a Assembleias Gerais e outras reuniões, a reuniões também aqui em Manteigas, mas não foi possível negociar-se com as pessoas, nomeadamente alguns herdeiros da Firma.

Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, usou da palavra para dar um contra esclarecimento, refere que S. Gabriel é uma questão que se arrasta há já longos anos, assim como uma coisa que se chama revisão do PU. Quanto a S. Gabriel referiu haver mecanismos legais que permitem expropriação por utilidade pública de determinados imóveis. Se houvesse diligência, capacidade de execução e determinação, a Senhora



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Deputada está convencida que neste momento o problema estava resolvido.

O Senhor Deputado João Adelino Paixão Salvado informa a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão que estavam a discutir aquilo com alguns meses de adiantamento.

O Senhor Presidente da Mesa, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para poder prestar alguns esclarecimentos.

O Senhor Presidente da Câmara, diz que estavam a falar de uma conversa com alguma retrospectividade e que já lhes permitia fazer algum julgamento à posteriori e pede desculpa se fez alguma intervenção entre o antes e o depois, mas que é seu dever esclarecer. Refere que tem três níveis possíveis de equacionar uma coisa que queremos que seja pragmática e que seja visível a quatro anos de vida, mas por outro lado também queremos de alguma maneira equacionar este processo como o resultado de alguns milagres, um bocadinho de bruxaria à mistura e um bocadinho de adivinhação, e o Senhor Presidente vai passar a explicar, porque se de milagres estavam à espera seria a de que a interioridade proclamada por todos os governos até hoje tivesse aqui um bocadinho dessa desinteriorização em Manteigas e no Distrito da Guarda, porque tinham sido todos informados em público pelo Senhor Presidente da República que o PIB do Distrito da Guarda é o mais baixo do País e que ultrapassou neste negativo o próprio Alentejo, que efectivamente foi considerado muito tempo a mancha negra do PIB. Um bocadinho de bruxaria todos nós tínhamos de fazer, de facto tem de haver algum engenho e arte para que efectivamente essas coisas possam ser levadas a bom porto e definitivamente não era de todo de deixar de fora, depois dos Deputados do PS, do PSD e do Governo do PS terem dito que faziam os túneis, que demorou dois anos a fazer para produzir zero, era possível pensar que de alguma maneira, havia aqui um bocadinho de bruxaria, podia ter acontecido os estudos que foram encomendados à Cova como primeiro orçamento em tese de PIDDAC 400 mil contos, para o segundo ano 700 mil contos no terceiro com 1 milhão de contos como sabemos esta bruxaria reduziu-se gradualmente, acabou por ser a Universidade da Beira Interior a fazer um bocadinho de varinha mágica, e os Senhores Ministros sucessivamente e Secretários de Estado a quem pediu também sucessivamente informação sobre os estudos dos túneis, acabam por lhe dizer zero, nada, e que dos 1 milhão e 100 mil contos previstos em PIDAC, ele gostaria de perguntar ao contrário: quem é que os gastou / roubou? Porque sempre foi do PIDDAC do Partido Socialista, quem gastou esse dinheiro se foi roubado a Manteigas, que fizessem o favor de ver bem quem foi o Ministro da Tutela que os roubou, que não o quis cá pôr. Um bocadinho de adivinhação isso já é próprio de todos nós, temos de ter um bocadinho de adivinhação para percebermos que de facto ao contrário do que diz a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, nos primeiros 6 meses deste ano, a seguir à abertura da Pista, não se comia em Manteigas nos fins-de-semana, antes das cinco da tarde, sendo que muita gente abandonou este circulo de alimentação, e isto é comum e todos os restaurantes lhe podem dizer isto, porque nenhum lhe dirá o contrário; é que efectivamente não havia lugar de maneira nenhuma, para se poder comer no fim-de-semana em Manteigas sendo que as camas todas, oficiais e as “outras” estiveram permanentemente ocupadas, portanto esta adivinhação até calhou bem. Passando ao segundo ponto, o Senhor Presidente disse que têm ali colocado Vale de Amoreira e Sameiro como se fossem uma espécie de vizinhos rançosos do concelho de Manteigas.

Após esta intervenção do Senhor Presidente da Câmara o PS apresentou um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

requerimento sobre a expressão do Senhor Presidente da Câmara Municipal que foi o Ministro que roubou.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu os Senhores Deputados que tinha dito uma “espécie” e que não tinha ofendido ninguém, que não se tinha dirigido a ninguém de concreto, e que estava a falar para toda a Assembleia através da Mesa. O Senhor Presidente da Câmara retomou o seu discurso dizendo que parecia que Vale de Amoreira e Sameiro seriam de segunda categoria, referiu ainda que do seu ponto de vista os investimentos a fazer em turismo, não podem ser investimentos de lana-caprina, porque esses já foram demonstrando sucessivamente que não são reprodutivos, esses já foram dados à estampa como não produtivos, mas mesmo assim, este Executivo cautelarmente, quando propôs o campo de golfe fez duas coisas: primeiro consultou a CCRC sobre se efectivamente esta medida e esta matéria, seria bem vinda em termos de um projecto para esta zona; a resposta escrita é de sim senhor; segundo, consultando um elemento da CCRC que acessoria estas matérias, ele próprio fez um primeiro engenho financeiro deste processo, e é este engenho financeiro e de tese esquiçada, porque se não der resultado e chegarmos à conclusão que financeiramente e em termos do processo as coisas não podem evoluir, teremos que alterar, mas um plano é isto, é um bocadinho de adivinhação, mas também é um bocadinho de alguma capacidade de sermos aumentadores ou redutores relativamente aquilo que propomos. E o que está a ser estudado neste momento, depois de um primeiro estudo económico que aliás consta das consultas que dirigimos às empresas sobre esta matéria, é que eles nos dessem uma mancha de ocupação, que nos dessem uma tese de investimento e uma tese de reprodução, e a proposta que nos foi apresentada em primeira mancha, mancha ainda muito larga é a seguinte: o golfe deve avançar em primeiro lugar, como uma atitude municipal, e o campo de golfe vai avançar desta maneira, porque efectivamente para o golfe enquanto golfe há financiamento ao nível da Europa, depois este golfe sozinho não resulta em nada, ninguém é capaz de sustentar um campo de golfe, se não tiver uma adjacência capaz de redimir este tipo de conflito, então o que é que nos dizem? Dizem que a seguir terá de se fazer uma empresa, com incidência maioritária da Câmara ou não, uma empresa municipal ou de outro tipo que faça a exploração conjuntamente com a Câmara ou não, de tudo o que seja com domínio relativamente a este processo, desde a clínica de golfe, até ao hotel que venha a ser construído, até pelo menos 50 vivendas que têm de ser construídas para este efeito, e só assim, passando para este investimento através de uma empresa, que naturalmente se socorre do PITER ou de outra qualquer valência, tendo nós também já ajuizado os estatutos para essa futura empresa, então aí o golfe de acordo com as previsões que temos, e as expectativas que aliás são referidas indirectamente, é preciso que o IP5 esteja desdobrado, que o IP2 esteja concluído e que a ligação a Espanha se faça com alguma facilidade, é preciso que o que já está aprovado, o aeroporto da Covilhã, passe à obra o mais rapidamente possível e a ser assim conjugando estes factores, dão-me um bocadinho de adivinhação e o golfe aqui é rentável porque faz a mediação e a alteração que os golfistas pretendem. O Senhor Presidente diz ainda que da prática de golfe não percebe nada, mas que não estava ali para jogar golfe, mas sim para que se fosse possível praticar golfe como alternativa, mas acima de tudo para desenvolver este concelho, que não se desenvolve só com as capacidades turísticas em bruto, desenvolvendo-se depois de lapidado, o que os empresários particulares não quiseram até agora fazer. O Senhor Presidente passa agora para os terrenos de Sameiro, diz



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

que de facto em Sameiro ninguém contrariou que se houvesse reabilitado um bar que estava incluído no Centro Social, ninguém reclamou que se tenha reabilitado uma casa para se fazer uma taberna petisqueira e deixa-se que estejam lá umas casas de banho com material altamente cancerígeno a fazer de tecto e que está exactamente pegado com esta coisa que foi reabilitada com qualidade e que a única maneira possível era tentar fazer duas coisas, atrair alguns comensais que estão na Pista de Ski para poderem utilizar esse restaurante, segundo fazer mostra de alguns produtos nativos e de alguma maneira dar-lhe divulgação, terceiro colocá-lo com certeza à exploração de privados, porque nós não sabemos explorar matéria empresarial, está claro, está nítido e o Senhor Presidente por ele assume isso como Presidente da Câmara. Voltando ao que foi referido em genérico o Senhor Presidente diz que o plano é um plano de quatro anos, com várias condicionantes e que não venham a propósito dizer o que é que foi feito ou não, porque este plano de quatro anos diz assim: tudo o que seja de projectos tem de constar deste plano, nem que estejam estabelecidos de uma maneira perfeitamente simbólica e só com a sua evolução e que os Senhores irão carreando, porque nem sequer empréstimos que ainda não estejam devidamente habilitados e sancionados pelo tribunal de contas, nem esses podem constar. Segundo as teses de investimento sedeados em candidaturas, não podem ter valia de candidatura, terceiro ou metem tudo aquilo que é tese que vocês consideram para o desenvolvimento do concelho, ou então o plano de facto está mal constituído, e de facto se isso foi contestado durante muito tempo porque não havia planos plurianuais, embora tivéssemos uma tese plurianual neste momento é imperativo, é obrigatório o POCAL impôs, rectificou, obrigou e foi explicado da primeira vez pelo senhor Vice-Presidente o seguinte: vocês vão ver que até algumas rúbricas estão ridiculamente abastecidas, com 20 contos, 30 contos, 40 contos, para obras que depois se pretendem teses que sejam da ordem dos muitos milhares de contos, é obrigação, é imperativo, há que ler, há que estimular, há que fazer, de facto ainda por cima o Plano foi aprovado por todo o executivo, e honra seja feita, porque o Executivo depois de fazer as questões que entendeu, apoiou este Plano. Depois a pergunta que sobra é esta: então, não sendo estes os investimentos, embora não sejamos obrigados a aprovar as propostas da Assembleia, diz também a lei que podem ser feitos aconselhamentos, propostas, alternativas ao Plano, que a Câmara dar-lhe-á o melhor cuidado, o melhor consentimento.

O Senhor Presidente da Câmara foi interrompido pela Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, que disse que a Câmara iria fazer com os aconselhamentos, as propostas, e as alternativas, o que fez com a proposta da A.M., no que respeita à reposição das tarifas da água.

O Senhor Presidente da Câmara disse à Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, que isso não tinha nada a ver, que estavam a falar de coisas ridículas de meio tostão, mas, que ali estavam a falar do conceito de uma coisa muito séria e não propriamente de tostões porque isto tratava-se de inverter uma interioridade de um concelho do Distrito da Guarda, e do próprio Distrito da Guarda, uma vez que não está melhor nenhum dos concelhos, como tinha dito o Senhor Presidente da República. Passando à questão dos semáforos, colocam-se ou não se colocam semáforos? Dirigindo-se às pessoas que tinham falado e bem acerca dos semáforos, o Senhor Presidente explicou que as estradas onde estão os semáforos, são estradas nacionais e ao contrário do que pode parecer, ao estarem em zona urbana são estradas nacionais, e segundo tinham tido vários alertas, e honra fosse feita à Senhora



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, que enquanto vereadora, e que era, que sentiu e verificou que havia zonas de alto risco quer para as crianças quer para os idosos, e no caso de Sameiro, com dois cruzamentos altamente perniciosos e intocáveis do ponto de vista logístico e que dão entrada e saída para uma povoação e que é um risco permanente para peões e circulantes de outras vias, entendeu com a Câmara a Direcção de Estradas que os semáforos eram a melhor solução; será, não será, efectivamente não se sabe se é ou não, mas de facto para já achamos que é uma boa solução, não sabia se haveria alternativa, mas porventura que sim. Relativamente ao Plano Director Municipal, tinha sido levantada uma questão que remete para a lei, a lei diz que o PDM é visto mediante uma proposta técnica, para abreviar ao intervalo dos 10 anos obrigatórios, sendo que o público induz o técnico a fazer esta proposta, porque de base o técnico não saberá se há uma extensão demográfica, se há uma extensão de procura, porque isso vai ser colhido em sede de equipa do PDM, e os políticos que não estavam a dormir e o próprio executivo na generalidade disse ao técnico para cumprir o formalismo da lei face a uma proposta de revisão do PDM, e o técnico fez a proposta e não é o contrário, aqui ninguém carregava técnicos atrás de políticos, nem políticos atrás dos técnicos, que não estavam ali em confronto, mas em convivência e que de facto neste entretanto e porque o tempo urge o dito Centro Histórico de Manteigas, enterramento de rede, praças e arranjos urbanísticos, acabaram por ser por nós mobilizados, e mobilizámos oito concelhos do Distrito da Guarda com bons Centros Históricos, para estarem connosco numa candidatura; e quem mobilizou a candidatura foi o Concelho de Manteigas, que com a Região de Turismo conseguiu ir buscar três parceiros a Espanha e aos quais depois aderiram mais sete concelhos todos eles com Centros Históricos, neste momento a candidatura está sediada em sede própria, os projectos de enterramento estão em sede própria, devidamente conotados e assim nós tenhamos engenho e arte e dinheiro para pagarmos a quota parte relativa à Câmara Municipal e podemos atravessar sérias reservas financeiras por razões que nos ultrapassam a nós e que devem ser do conhecimento de toda a gente e toda a gente devia estar penalizada com isso e se calhar era importante que ali e agora se fizesse esse tipo de referência, e é grave se não houver alterações ao chamado artigo 18 da lei orçamental, que inibe todo e qualquer empréstimo às Câmaras Municipais mesmo para efeitos de ordem social ou ordens de arranjo urbanístico. Passando a S. Gabriel, foi aqui dito que alguém nos tinha ultrapassado e era verdade, ultrapassou-nos o Senhor Presidente da Comissão de Coordenação Regional do Centro, e que segundo sabia era do Partido Socialista e que autorizou que fosse feita uma candidatura por Seia, que por acaso é do Partido Socialista, para montar e instalar um Centro de Interpretação da Serra da Estrela, contrariando a Senhora Ministra do mesmo partido da altura, que disse que se não se conseguisse chegar a um acordo com os dois Presidentes, Manteigas tinha prioridade e só depois disso e com a sua autorização seria deslocalizado o Centro de Interpretação do Parque Natural da Serra da Estrela, e qual não é o seu espanto quando há dois meses, sem nenhuma intervenção do Senhor presidente da CCRC que o Senhor Presidente da Câmara soubesse positiva, nem nenhuma autorização da Senhora Ministra, Seia tem proposto e o Coordenador da AIBT da Serra da Estrela e o Gestor da AIBT apresentaram uma proposta para o Centro de Interpretação da Serra da Estrela em Seia, situação que por força do atraso que houve com a aquisição de S. Gabriel efectivamente abdiquei, não fosse contrariar o nosso e o de Seia, ficando combinado que haveria um outro projecto âncora obrigatoriamente só para Manteigas,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

para substituir S. Gabriel e o investimento em S. Gabriel. Perguntava a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, porque é que não expropriávamos S. Gabriel? Porque quem fez a avaliação de S. Gabriel foi uma técnica da Direcção Geral do Património a quem nós pedimos especial e particular favor, para vir fazer uma avaliação de S. Gabriel e pediu-nos nem mais nem menos que 600 mil contos pela avaliação e nós dissémos a S. Gabriel uma vez que têm 40% de ocupação de território de S. Gabriel cedidos por aluguer, nós pagávamos 200 mil contos e sobre esta matéria já temos mais de 10 ofícios e a resposta foi sempre vamos ver, vamos ver, e o último ofício deve ter cerca de 3 semanas. Relativamente à Pista de Ski e à dificuldade financeira eu devo dizer que um jovem de Manteigas que é monitor na Pista, penso que vai avançar na ADM de Manteigas, e que exactamente contempla entre outras coisas prevalência e custos relativamente baixos ou tendencialmente zero para todos os alunos das escolas do Concelho de Manteigas e outros que se queiram agregar exactamente para este efeito. Relativamente aos Ecopontos e Ecocentros, o Senhor Presidente diz que falar destas coisas é fácil, disse ainda que se cá quisesse os Ecopontos tinha-os cá, estão comprados pela Associação de Municípios da Cova da Beira. Nitidamente este tipo de circunstâncias têm de ser vistas a dois tempos, os Ecopontos para Manteigas e para todo o lado, obrigam-se a uma distribuição de acordo com uma conquista feita junto da União Europeia: 1 para cada 500 habitantes, significa que aqui na Vila de Manteigas no máximo dos máximos teríamos 7 ou 8, o que significa que se há matérias que não fazem preenchimento dos Ecopontos, designadamente aquelas matérias mais compactadas, tudo o que é verdes, tudo o que é papel, tudo o que é papelão, entraria em enchimento de 8 em 8 dias, no máximo dos máximos significava isso, que como nós não temos o sistema montado por via de atrasos das empresas falidas que estavam no poder aconteceria que seríamos obrigados a pagar a deslocação desses Ecopontos para um lugar onde pudesse ser reciclável: o vidro iria para o Fundão como está a acontecer e tudo o que fosse outras matérias secundárias tinham de ser pagas por nós e levadas para Viseu, tudo isto porque não temos um Ecocentro, que é o lugar onde os Ecopontos são transitoriamente despejados, para depois carreamente e em conjunto serem transportados com cargas necessárias e suficientes. O Senhor Presidente diz ainda que se optássemos por colocar em Manteigas Ecopontos estávamos a consumir o município não no actual preço dos resíduos, mas a quadruplicar no mínimo o preço que custa o transporte e deposição dos resíduos sólidos urbanos; nesta matéria é bom sabermos que há Ecopontos, Ecocentros, estações de transferência, saber que existe esta matéria toda, que tem de haver uma circulação, que tem de haver um custo imputável e que já não serão os 4900\$00, que depois de toda a circulação estar montada, vai custar a este município, cada tonelada 11600\$00, que é o custo estimado que o Instituto regulador já sancionou para esta matéria. É bom que quando falamos disto que tenhamos a noção paralela, vamos ter alta qualidade de recepção de transporte e deposição, vamos ter de pagar isto tudo, e então aqui remeto para o Convénio Nacional e Internacional com a Europa: o poluidor é pagador; como é poluidor pagador, não há hipótese de fazermos estas matérias, sem ser devidamente acauteladas, agora quando nós aumentamos meio tostão o litro da água e temos um sururu, se aumentarmos os resíduos para três vezes mais, que é efectivamente o custo absoluto desta matéria estaríamos aqui a ouvir não sei bem o quê. E por isso e depois de tudo o que disse concordo com algumas matérias da dúvida, algumas matérias com alguma tese de adivinhação, mas quero acreditar que os investimentos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

que estamos nitidamente a preparar designadamente o Golfe em Vale de Amoreira, que considero que é um aspecto de charneira para o desenvolvimento do Concelho, bem como as ruas, os arruamentos, os enterramentos, os tratamentos dos CTT e tudo isto definitivamente são obrigatórios para não fazermos coisinhas pequeninas porque Manteigas se continuar a apostar nos “small is beautiful” não consegue atrair, e como Manteigas tem de atrair porque não é uma terra de destino é uma terra onde se vem propositadamente, não é uma zona de passagem, só se fizermos este tipo de coisas é que podemos atrair gente. O Senhor Presidente referiu que não sabe se o Senhor Presidente da República levou alguma das suas mensagens ao Governo, e que nem sabe qual é a capacidade de intervenção junto do Governo, mas uma coisa é certa: antes de cá vir o Senhor Presidente da República, tive o gosto de estar com o Senhor Secretário de Estado do Trabalho que é quem tutela o INATEL que me mandou o protocolo vergonhoso para eu assinar relativamente à ocupação da piscina de água quente; tive o cuidado de dizer ao Senhor Secretário de Estado do Trabalho que continuávamos a andar como o caranguejo relativamente à matéria que estávamos a discutir, depois do coordenador da AIBT da Serra da Estrela ter dito à Senhora Vice-Presidente do INATEL que nem pensasse montar uma piscina se não tivesse o ringue do gelo, continuou ela a dizer-me não, não e não e pelos vistos o Senhor Presidente também não. Agendei para data a definir com o Senhor Secretário de Estado, uma vez que é o Chefe do Senhor Presidente do INATEL que haja uma reunião entre nós, o Senhor Presidente do INATEL e o Senhor Secretário de Estado para sabermos definitivamente se sim ou não, porque Manteigas ter uma piscina de água quente é juntar a tantas outras piscinas de água quente e o Instituto do Desporto não financia e a AIBT Serra da Estrela e a Comissão de Coordenação no 3º quadro comunitário não financia. Nós não podemos fazer milagres, nós podemos de alguma maneira dar o nosso carinho e alguma adivinhação a este processo todo.

O Senhor Deputado Germano entregou à mesa uma declaração de protesto assinada pela bancada do Partido Socialista, que passou a ler e que consta desta acta.

Usou da palavra a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, para dizer que na sequência da afirmação do Senhor Presidente da Câmara, em relação aquilo que ele supunha que nós pensaríamos em relação às Freguesias de Vale de Amoreira e Sameiro, a Senhora Deputada só queria dizer que o Senhor Presidente vê as pessoas de Manteigas como uns indesejáveis necessários que tem de suportar. Quanto à sinalização na via pública em Manteigas e em certos pontos estratégicos, nomeadamente à saída das escolas e infantários foi desde sempre uma preocupação sua, mas o Senhor Presidente da Câmara esqueceu-se de dizer que a Senhora Deputada também foi sempre contra a colocação de semáforos, o que a Senhora Deputada defendia era a colocação de bandas sonoras nas estradas, porque isso sim obriga os condutores a abrandarem a marcha e a pararem, porque como já muitas vezes referiu os carros passam ali com excesso de velocidade. Quanto à questão da avaliação de S. Gabriel, que enquanto ela vereadora da Câmara Municipal e lhe foi apresentada essa proposta, estranhou a proposta, estando a proposta já assinada perguntou por quem, e o Senhor Presidente disse por quem tinha sido; ficou indignada com aquela proposta de avaliação e sugeriu que fosse posta à votação, e foi votada uma proposta no sentido de se pedir uma avaliação do complexo, não sabendo se foi feito ou não, a três técnicos, um ambientalista, um economista e um jurista e que tivessem em atenção, várias tarefas nomeadamente, a parte da zona florestal e urbana que se encontra em zona de reserva do Parque Natural, não tem portanto valor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

económico nenhum, que tivessem em conta os encargos com as cessões, os arrendamentos para a indústria que neles estão a ser efectuados, nomeadamente o custo da rescisão desses contratos e indemnizações por suspensão de laboração, o custo da demolição e reconstrução das obras de casas e habitações urbanas que lá estão. Apesar da proposta ter sido votada e aprovada por maioria a deliberação não foi executada. Quanto à eterna questão dos Ecopontos e Ecocentros em que se fala do princípio do poluidor pagador, fala-se disto como se isto fosse uma questão clara e simples, é que para o ponto dos cálculos do poluidor pagador, há muitos outros factores a ter em conta e no caso concreto de Manteigas há um deles que é muito importante e será importante e fará baixar o preço do custo dos serviços que é uma coisa que se chama internalização das externalidades, como são conceitos complexos, aconselha a consulta a economista. Efectivamente temos de atrair pessoas e turismo para a nossa terra, mas queremos turismo de qualidade e também queremos outro tipo de turismo que Manteigas iniciou e desenvolveu, porque essa concepção que o Senhor Presidente da Câmara tem do campo de golfe em Vale de Amoreira, com no mínimo 50 vivendas, mais um complexo turístico, um hotel, isso é uma miragem, nem sequer é uma utopia é uma miragem, e o tempo vai-se encarregar de mostrar que não passa disso mesmo.

Usou da palavra o Senhor Deputado Albino Cardoso para dizer que ficou parvo com a resposta que o Senhor Presidente da Câmara lhes deu, e que não lhes chamassem estúpidos, quem colocou isto nas intenções do Plano não tinha sido ele e agora que não lhes venham atirar com nada, porque efectivamente o Plano é da responsabilidade de quem o redigiu e a intervenção do Senhor Deputado não foi com base num plano para 4 anos, foi com base num plano para o primeiro ano e aquilo que está previsto para o primeiro ano, e isso é neste momento visível. O Senhor Deputado lamenta que a Assembleia esteja a decorrer hoje. Relativamente aos Ecopontos e Ecocentros vêm agora dizer que é preciso mais não sabe o quê para que isso seja exequível, e a questão da água não é o meio tostão, não se avalia ao litro, é ao m³ que ela é paga, o Senhor Deputado perguntou se estávamos numa república das bananas, tudo isto era perfeitamente impensável e era tão impensável que chegamos aos extremos; os seus colegas Deputado Germano e Deputada Irene já se tinham expressado e ele fazia dele as suas palavras, achava que era inqualificável. Disse que tinham de se deixar de laxativos, que tinham de ir para aquilo que interessava, quando se vem aqui dizer: O PS apresentou um requerimento à mesa da Assembleia, solicitando a transacção da afirmação do Presidente da Câmara onde refere aos Deputados do PS que provem saber quem foi o Ministro ou o Secretário de Estado que roubou 1 milhão e 100 mil contos do PIDDAC, o Senhor Deputado propôs pegar-se na gravação e mandá-la à Assembleia da República e pedir esclarecimentos sobre o que efectivamente se passou, porque o Senhor Deputado ficou abismado, porque a informação que tem é que aquilo que é inscrito em PIDDAC, não de execução ou de aplicação imediata no ano, e se não o sabem ficam agora a saber. Referiu ainda que Sameiro e Vale de Amoreira não são de 2ª categoria.

Interrompeu o Senhor Deputado João Leitão para dizer ao Senhor Presidente da Mesa que quando está ele a discursar está sempre contra ele e quando os outros se excedem o Senhor Presidente da Mesa deixa-os continuar.

O Senhor Presidente da Mesa pede ao Senhor Deputado Albino Cardoso que seja breve.

O Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso referiu ainda que o Senhor Presidente da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

República disse que Manteigas estava melhor que os outros, porque lhe tinham mostrado as nossas valências, não lhe mostraram as nossas carências.

O Senhor Vice-Presidente esclarece o Senhor Deputado que o programa do Senhor Presidente da República foi escolhido pela Assessoria dele, e que ninguém tinha nada a ver com isso.

Usou da palavra o Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos, para dizer que em relação à questão que o Senhor Presidente da Câmara tinha esclarecido relativamente às monstruosidades que estavam para aí penduradas, e com que o Senhor Deputado não pode concordar, pois sempre defendeu o “small is beautiful”, e que neste momento está muito preocupado exactamente pelas atitudes futuras, porque se destruir o “small”, também se poderá destruir o “beautiful”. O Senhor Deputado diz ainda que o Senhor Presidente já esteve em dois mandatos e só agora é que a estrada ficou Nacional, antes não era Nacional, só agora é que são precisos semáforos, e as estradas Nacionais têm todas de ter semáforos? Se é assim o Senhor Deputado dá um concelho ao Executivo Camarário, se todas as aldeias e vilas deste País por onde passam estradas Nacionais têm de ter semáforos, então a Câmara que arranje alguém, e que faça uma empresa Camarária para vender semáforos a todo o País, ficava o problema económico de Manteigas resolvido, refere ainda que conhece o País e que nem todas as aldeias e vilas por onde passam estradas Nacionais têm semáforos, diz ainda que se falava em desenvolvimento sustentado, aproveitar ao máximo os recursos, querem enterrar os fios, as antenas da televisão, para isto ficar tudo muito bonitinho e depois colocam semáforos e todas as tecnologias que têm as cidades, diz ainda que o Senhor Presidente da Câmara foi precipitado e como tinha referido o Partido Socialista as bandas sonoras é o que se usa em toda a parte, pediu ainda para não destruírem o “small”.

O Senhor Presidente da Mesa colocou à votação este ponto. Este foi aprovado com 10 votos a favor, 7 contra e 2 abstenções.

A Bancada do PS apresentou uma declaração de voto que a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão passou a ler e que exigem que conste da acta.

O Senhor Presidente da Mesa disse à Senhora Deputada que a declaração de voto deve constar na acta de 1 de Março, porque o plano foi apresentado em Março.

A Senhora Deputada disse que esta declaração de voto devia constar desta acta apesar de tudo, a Senhora Deputada disse ainda que enquanto Vereadora da Câmara assistiu às reuniões da Assembleia, e todas as declarações de voto faziam parte integrante das actas, o que neste mandato não se tem verificado e muitos dos Senhores Deputados apresentavam a sua declaração de voto a posteriori e nunca tinham sido recusadas.

DECLARAÇÃO DE VOTO

"Os membros eleitos pelo PS, votam contra o Plano de Actividades plurianual 2002/2006, e Orçamento para 2002, sendo que o mesmo responsabiliza o executivo, na impossibilidade da concretização prática dos investimentos nele previstos.

Tentativa de desresponsabilidade, que o Sr. Presidente da Câmara, já afirmou publicamente, no discurso que proferiu no Auditório do Centro Cívico, no passado dia 27 deste mês, na sessão de recepção, a sua Ex^o, o Sr. Presidente da República, culpabilizando genericamente factores de natureza exógena. Todos os presentes perceberam claramente, estar o Sr. Presidente da Câmara a referir-se ao desastre que é o Orçamento de Estado para 2003 aprovado pelo governo da coligação em que o seu partido é maioritário, para encobrir a incapacidade de execução autárquica,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

demonstrada nos longos nove anos, em que terá estado à frente dos destinos do nosso concelho.

Basta reparar, nos projectos de investimento consagrados nos planos anuais e a evolução da sua execução, ao longo dos últimos seis anos, para constatar-mos isso mesmo, e ainda as contradições das próprias políticas nele vertidas.

Se por um lado, define como prioridade absoluta, a agora chamada estrada de circunvalação de Manteigas, anteriormente designada de VICEM, por outro pretende reabilitar e dignificar, aquilo que agora chama de Centro histórico. Como irá conciliar as antinomias que resultarão da cisão, provocada por uma estrada, que a realizar-se, assentará o fosso ao Centro da Vila, e as novas áreas de construção, que a abertura da dita via propiciará? E face à evolução decrescente do movimento demográfico, no concelho de Manteigas, reabilitando e conseqüentemente povoando o Centro Histórico, de onde surgirão as pessoas que justifiquem a construção de nova zona urbana? A concretizar-se tal política, confirma-se a afirmação, que na qualidade de vereadora então proferi: " O Centro de Manteigas, transformar-se-á gradualmente numa lixeira ambiental", mas agora acrescento, com o beneplácito do poder executivo. Não podemos deixar de salientar, a importância, que também nós atribuímos aos túneis da Serra da Estrela, mas achamos excessiva, por incapacitante e ingénua, a valorização que faz de outros projectos de interesse intermunicipal, na apologia da solidariedade intraregional, já que o concelho de Manteigas, nos últimos tempos é o mais debilitado, em todo o distrito da Guarda, e região Centro. Como poderá propor-se, Sr. Presidente a consumir energias, tão preciosas, em lutas alheias que só muito reflexamente poderão beneficiar de forma ténue, o nosso Concelho? Não existiu vontade suficientemente sólida, nem oposição firme à actuação da Câmara Municipal de Seia, que num gesto hábil, arrebatou a Manteigas a ideia de concretização do Centro de Interpretação da Serra da Estrela, como o Sr. Presidente já reconheceu públicamente.

E que é feito da tenacidade e do combate mais que justo, para " arrancar" do INATEL, os tão almejados terrenos, para um dos seus projectos? A piscina de água quente e a pista de gelo? Será mais uma miragem para o concelho de Manteigas, já a tomar forma nalgum município vizinho?

Para além deste e do projecto do campo de golfe, para a freguesia de Vale de Amoreira, que ninguém, por bem pensar, acredita viável, (será que a prioridade da freguesia de Vale de Amoreira é mesmo a emergência de um campo de golfe?) não existe nenhum outro novo, neste plano plurianual. Senão vejamos:

Os investimentos no Sector do abastecimento Público, v.g. o abastecimento de água, o tratamento dos RSU, jazem há anos para serem concluídos.

Os arranjos urbanísticos das praças, os pavilhões de apoio à indústria, a revitalização, iluminação, e ordenamento do Ribeiro da Vila; a recuperação e embelezamento das ruas, a criação de espaços verdes, continuam à espera de melhores dias.

As piscinas de água quente e a pista de gelo, parecem, à semelhança do Centro de Interpretação de São Gabriel, condenados ao fracasso.

A rede viária e a sinalização semaforica, é o que se vê. Serão necessários, no entanto, mais 129 5386 €, inscritos no orçamento para 2002, para fazer funcionar os ditos semáforos? Ou será que vão ter a mesma serventia "da Coisa", que tão mal colocou o Santo?

E desde quando, é que uma autarquia, mormente como a nossa, se mete a substituir a actividade privada na construção de um restaurante? Será que o executivo, tem, para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

a exploração de tal unidade a brilhante ideia de fazer uma parceria de capitais mistos? Serei obrigada, Sr. Presidente a recordar-lhe, o discurso que proferiu na tomada de posse do seu primeiro mandato, onde referiu que uma das linhas mestras da política de V.Ex.a, para o nosso concelho se baseava na separação entre o investimento público e o privado, e não permitiria a promiscuidade entre os mesmos? Bastaram nove anos para se converter?

E no âmbito do turismo, do qual o Sr. Presidente faz o apanágio quase em absoluto para salvar a actividade produtiva do concelho, só lhe ocorre adquirir terrenos e imóveis? Um terreno agora é um móvel?

Centro histórico, que triste história a dele! De certeza que morrerá de esquecimento! A sua inscrição no plano só pode ser a título póstumo.

E a inscrição no Orçamento, para substituição de candeeiros na via pública? Será que a dotação inscrita, é para substituir outra vez, os candeeiros mais terceiros mundistas, que substituíram os menos terceiros mundistas, há bem pouco tempo atrás?

São demasiadas e importantes questões, que se colocam, e cremos que a confirmação das respostas, será em definitivo, dada pelo TEMPO.

Queremos salientar, que antes de proferida, sob a forma de leitura, esta DECLARAÇÃO DE VOTO, foi exigido, que a mesma constasse da respectiva Acta.

A razão de ser desta exigência, deve-se ao facto de desde o início do mandato, nenhuma das declarações de voto, que os membros do P.S. consideram relevantes constarem das respectivas actas das reuniões.

Assim:

Na reunião de 1 de Março de 2002, foi omitido o " manifesto", que os referidos membros apresentaram, onde expunham as razões da oposição àquela reunião, e onde exigiam que o mesmo constasse da acta, se eventualmente a reunião se realizasse, facto dado como provado na sentença proferida, no processo n.º 303/02, proferida pelo Tribunal Administrativo de Círculo de Coimbra.

Na acta da reunião de 26 de Abril de 2002, a folhas 7, é referido que foi de novo presente o documento, para ser integrado, o que não aconteceu.

Na mesma acta, a n.º 3, da reunião de 26/04/02, os membros do PS apresentaram, depois de lerem, três declarações de voto, onde justificavam o seu sentido de voto, que também não foram inclusas.

A 1ª respeitava Aprovação do Projecto de Regulamento do Programa Especial de Recuperação de Imóveis.

A 2ª Aprovação da Alteração ao Regulamento de Abastecimento de Água ao Concelho de Manteigas.

A 3ª Aprovação da Alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação e Tabelas e Taxas.

Na referida acta são inclusos três parágrafos lacónicos que referem. " A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, leu uma declaração de voto das razões de votarem contra"

Ainda na acta que vimos de referir, na foi incluído um protesto apresentado, pelos membros do P.S. por não ter sido incluída na ordem de trabalhos a matéria referida no n.º 2 do art. 49 da L 169/99, na redacção dada pela Lei n.º 5/A de 2002.

Manteigas 31 de Outubro de 2002"

7º Ponto da ordem de trabalho: Autorização para a contratação de empréstimo até ao limite de € 600.000,00 destinado à construção da 1ª Fase do Bairro Social do Outeiro (Decreto-Lei n.º 110/85 de 17/4)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos pediu a palavra para pedir um esclarecimento antes da votação dos pontos 7 e 8. Referiu que recentemente foi aprovado pelo Governo a aprovação do défice zero, a chamada lei do endividamento zero, para as autarquias, o que impede que se façam endividamentos, o senhor Deputado quer saber se realmente há legalidade no agendamento deste ponto 7 e 8 face à actual Lei do Governo.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, usa da palavra para dizer que não se pode começar a discussão destes pontos porque lhe parece que o prazo das propostas caducou porque as propostas foram apreciadas em sessão de Câmara no dia 14 de Agosto e nessa data a proposta da Nova Rede é de 60 dias e a da CGD também, o que quer dizer que desde que a Câmara Municipal apreciou a proposta até hoje, já passaram mais de 60 dias.

O Senhor Presidente da Câmara usa da palavra para responder aos esclarecimentos, relativamente ao esclarecimento do Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos este diz que a questão é pertinente, mas que a Lei ainda não entrou em vigor e que a actual Lei do Orçamento permite endividamentos para a construção social, e quem sanciona a deliberação da Câmara é a Assembleia, os empréstimos têm de vir obrigatoriamente à Assembleia, e que acha que não existe nenhuma limitação formal ao processo. Quanto à questão dos prazos levantada pela Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, o Senhor Presidente pediu, ao Senhor Vice-Presidente, como funcionário de uma Instituição de Crédito, prestasse os melhores esclarecimentos.

O Senhor Vice-Presidente esclarece que o prazo de validade da proposta é dado a título meramente indicativo, e que poderia significar que as condições da proposta podem vir a ser revistas caso haja alterações das taxas de juro. Além disso não há empréstimos sem o visto do tribunal de contas, onde todos os pedidos de empréstimo estão a ser passados a pente fino, dadas as alterações legislativas. O Senhor Vice-Presidente acrescenta que vai ser extremamente difícil, embora ainda seja possível conseguir com o INH o protocolo de acordo que nos possibilite negociar com ele e negociar com a instituição de crédito tudo até ao final do ano, não vai ser fácil, mas devemos tentar, porque para o ano a nossa capacidade de endividamento andarà junto aos 19 mil e 200 contos e não mais do que isso. O Senhor Vice-Presidente aproveita para esclarecer que relativamente ao ponto 8, este está relacionado com obras, algumas estão na CCRC, e outras estarão a chegar à CCRC; também aqui diz que não temos garantia absoluta de que vamos conseguir os contratos, uma das obras está relacionada com o Centro de Dia de Sameiro que está na CCRC há uma série de tempo, o Arquivo Municipal, o restaurante de Sameiro, vai ser extremamente difícil as candidaturas chegarem à unidade de gestão, serem aprovadas e depois disso ainda conseguirmos fazer os contratos com as entidades bancárias.

O Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos pede a palavra para colocar a seguinte pergunta: se os 400 mil euros são distribuídos equitativamente pelas 3 obras referidas ou há mais obras.

O Senhor Vice-Presidente esclarece que são os 25% que competem à Câmara caso as candidaturas sejam aprovadas.

O Senhor Deputado perguntou se eventualmente este empréstimo pode não ser utilizado.

O Senhor Vice-Presidente esclarece dizendo que caso as candidaturas não sejam aprovadas a tempo de serem contratados os empréstimos até ao fim do ano, os empréstimos não podem ser utilizados;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, dirigindo-se ao Senhor Vice-Presidente disse que ficou sem perceber se a proposta era ou não válida.

O Senhor Vice-Presidente disse que era válida, que contactou uma instituição bancária que estava associada a um dos empréstimos e estes 60 dias eram meramente indicativos, que era evidente que se houvesse alteração das condições do empréstimo, ficava sem efeito a contratação do empréstimo.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, referiu ainda que o Senhor Vice-Presidente tinha dito que os financiamentos seriam para o Centro de Dia de Sameiro, para o Restaurante e para a Reprogramação da Relva da Reboleira.

O Senhor Vice-Presidente esclareceu a Senhora Deputada que a Reprogramação da Reboleira tinha sido um assunto mal entendido, que iriam à Reprogramação da Reboleira na medida 1.8 do QCA que era outra coisa completamente diferente; referiu ainda que a Reprogramação da Relva da Reboleira estava a ser mal entendida; os donos da obra solicitaram à Câmara autorização para apresentarem nova candidatura à CCRC suportando eles todos os custos envolvidos no processo, logo a Reprogramação da Reboleira custa zero à Câmara Municipal.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, usou da palavra e disse que não sabia se custava zero, e que tinha consigo uma acta, ininteligível e que a não percebe e que várias pessoas já a tinham lido e também não a entendiam relativamente à Reprogramação da Relva da Reboleira, sendo a acta a da reunião de Câmara Municipal de 2 de Janeiro deste ano. A Senhora Deputada passou a ler um trecho da acta que disse que não estava legível, e que alguém lhe teria de explicar. A Senhora Deputada disse ainda que lhe parecia que não havia neste momento competência para se fazerem estes empréstimos porque o orçamento de Estado para 2003 foi aprovado, mas só entra em vigor para o ano, mas tinham um orçamento rectificativo de 31 de Maio e neste fala em programas de habitação social promovidas pelos Municípios, e pelo que sabe não existe programa nenhum.

O Senhor Vice-Presidente disse à Senhora Deputada que ela não tinha ouvido nada do que ele tinha dito.

O Senhor Presidente da Mesa tenta esclarecer a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, e que de um momento para o outro pode haver protocolo com o INH e então teremos de esperar que haja outra Assembleia.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, diz que tem dúvidas quanto à competência e que se sabem que é difícil porque é que estão a pedir autorização.

O Senhor Vice-Presidente informa a Senhora Deputada que eles gostam de fazer as coisas fáceis e as difíceis.

O Senhor Presidente da Mesa diz à Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, que isto é uma mera formalidade.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, usa da palavra para colocar a seguinte questão: esta proposta esteve em Sessão de Câmara em Agosto, e depois disso já tinha havido uma reunião ordinária na Assembleia Municipal, a Senhora Deputada quer saber porque é que não foi nessa altura a discussão.

O Senhor Vice-Presidente esclarece a Senhora deputada que não podia ser, porque nessa altura ainda não conheciam a proposta do Orçamento de Estado para 2003.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, refere que esta proposta também é muito restrita.

O Senhor Vice-Presidente responde que a proposta só aparece aqui porque já conhecem o Orçamento de Estado e se têm um Bairro Social, se têm 12 famílias para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

realojar que vivem em condições miseráveis, mesmo que signifique um esforço físico e mental, achava que não havia problema em desenvolvê-lo, mesmo que ele não surtisse o resultado esperado.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, refere que o problema não é esse, que acha que só podem contratar e autorizar quando já existe o programa de habitação.

O Senhor Vice-Presidente responde à Senhora Deputada que ela tem razão que só podem contratar e autorizar quando já existe o programado habitação, mas antes precisam da autorização da Assembleia e se isto não for aprovado, não vale a pena estar-se a trabalhar naquilo que se quer desenvolver no projecto.

O Senhor Deputado João Adelino Paixão Salvado, disse que a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, tinha dito 1 ou 2 coisas com interesse, porque tem de ficar bem claro o fim a que se destina o empréstimo.

O Senhor Presidente da Mesa refere que depois destes considerandos e atendendo a que não devemos ser impeditivos a qualquer abertura que haja no INH para podermos avançar com os projectos e mandá-los para o Tribunal de Contas.

O Senhor Presidente da Mesa colocou a proposta a votação. A proposta foi aprovada por unanimidade.

O Senhor Presidente da Mesa pede para que seja a provada em minuta para produzir efeitos imediatos, porque senão só poderia ser aprovada na Assembleia daqui por um mês.

A bancada parlamentar do PS fez uma declaração de voto, que a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, ficou de entregar mais tarde para constar desta acta.

Declaração de voto

"Os deputados do P.S., levantaram dúvidas, quanto à manutenção da validade das propostas dos empréstimos, pois que, a deliberação do executivo que aprovou a contratação dos empréstimos, foi tomada em reunião ordinária de 14/08/02, e das condições das mesmas consta o prazo de validade. Foram aceites as propostas da C.G.D. e do BCP/ Nova Rede, que referem como prazo de validade das propostas de 60 dias. A deputada do P.S., Irene Leitão, levantou a questão, pois na data da reunião, 31 de Outubro, terem decorridos já 72 dias, pelo que as mesmas teriam caducado, pelo que se propunham rejeitá-las com esse fundamento. Contudo o Sr. Presidente da Câmara Municipal, afirmou que não lhe parecia que assim fosse, pedindo ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Sr. José Manuel Cardoso, que como profissional experiente na matéria, esclarecesse os deputados das dúvidas que lhes assistia. Ao que o mesmo afirmou, que o referido prazo de validade, não passa de um pró forma, e que as referidas propostas ainda era válidas, nos precisos termos em que foram apresentadas. A referida deputada, levantou ainda a questão da proibição orçamental, consagrada no Orçamento rectificativo para 2002, que apenas permite empréstimos para programas de habitação social, dizendo que o programa para a construção do referido Bairro, ainda não existe. Ao que o Sr. Vice-Presidente da Câmara respondeu, ser verdade, que o protocolo ainda não foi assinado, mas que é necessário o empréstimo estar já autorizado, dada a falta de tempo que existe para a contratação de empréstimos, contudo, frisou que o referido empréstimo só será contratualizado, se o dito programa for viabilizado.

Face as explicações dada pelo Sr. Vice Presidente os deputados do P.S., votaram favoravelmente a contratação do empréstimo destinado à construção da 1.ª fase do Bairro Social do Outeiro, com a seguinte declaração de voto:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Votamos favoravelmente o dito empréstimo, porque entendemos que o município de Manteigas, ainda necessita de habitação social, pese embora, sejamos contra o projecto de habitação elaborado para o referido local.

O Sr. Vice-Presidente, José Manuel Cardoso, afirmou que a questão da validade das propostas não está posta em causa.

O mesmo Sr. Vice-Presidente garantiu, que o empréstimo só será contratado, se eventualmente vier a ser celebrado o contrato programa de habitação".

8º Ponto da ordem de trabalho: Autorização para a contratação de empréstimo até ao limite de € 400.000,00 para acções previstas no Plano Plurianual 2002/2006, com participação de Fundos Comunitários.

O Senhor Presidente da Mesa pergunta quem quer usar da palavra para este ponto.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, pergunta quais são as acções previstas no Plano Plurianual que contemplam o ponto 8.

O Senhor Presidente da Mesa diz que são as que foram indicadas anteriormente.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, diz que a questão é que o rectificativo diz que ficam excepcionados o financiamento de projectos com participação de Fundos Comunitários, e significava isto na sua perspectiva que são só aqueles que já tiverem participação comunitária, e que no orçamento não há nenhuma dotação comunitária, excepto para a Pista de Ski da Relva da Reboleira.

O Senhor Presidente da Mesa pergunta qual é a proposta da Câmara para este empréstimo.

O Senhor Vice-Presidente diz que só há dinheiro para empréstimos para estádios de futebol, habitação social, candidaturas aprovadas no 3º Quadro Comunitário de Apoio.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, pergunta quais são as nossas candidaturas que estão aprovadas?

O Senhor Vice-Presidente diz que neste momento não está lá nenhuma.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, diz que essa é a sua dúvida se nós não temos lá nenhuma aprovada, como é que se vai fazer o empréstimo.

O Senhor Vice-Presidente esclarece a Senhora Deputada que o empréstimo só é contratado se as candidaturas forem aprovadas no âmbito da CCRC.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, refere que a elaboração do orçamento obriga a que sejam inscritos e dotadas, as verbas nas projecções consignadas, e a Senhora Deputada não vê lá nenhuma, e todas as que lá estão são verbas eventuais.

O Senhor Vice-Presidente refere que não se podem contemplar verbas de empréstimos no Orçamento.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, diz que não está a falar de empréstimos e sim de Fundos Comunitários.

O Senhor Presidente da Mesa tenta esclarecer a confusão entre a Senhora Deputada e o senhor Vereador e pergunta ao Senhor Vereador se os 400 mil euros são para obras que estão ou são para outras.

O Senhor Vice-Presidente diz que há candidaturas que estão já na CCRC e outras que vão ser apresentadas à CCRC, e é para futuras obras que venham a ser aprovadas.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, diz que então o ponto assinalado está mal, porque diz que são para as que estão contempladas para acções previstas no Plano Plurianual com a participação de Fundos, mas que no Orçamento, só está contemplada a Relva da Reboleira e a Pista de Ski.

O Senhor Presidente da Câmara usa da palavra para tentar explicar e diz que no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Orçamento está o Centro Social de Sameiro, o Plano Pormenor das Penhas Douradas, o Arquivo Municipal e a Pista de Ski. Acrescenta ainda que o que se pode escrever é a ordem do Plano, não podemos escrever nada no Plano em nome de Fundos Comunitários desde que ainda não estejam contratualizados.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, pergunta quais é que neste momento estão contratualizados.

O Senhor Presidente da Câmara, responde dizendo que neste momento já têm revista a Pista de Ski com o valor que tinham acabado de referir, estava o Centro de Dia de Sameiro há meio ano à espera de resposta e que a iria ter com certeza, o Plano Pormenor das Penhas Douradas já em assento.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, diz que têm de lhe alterar aquilo ou substituir a folha, ou então dar-lhe uma informação adicional que é para saber as que estão comparticipadas.

O Senhor Presidente da Câmara diz que são todas as que estiverem comparticipadas.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, diz que votando este empréstimo estará a passar um cheque em branco, caso não haja nenhuma contratualização.

O Senhor Presidente da Câmara, diz que já foi explicado que só pode ser utilizado para esse efeito, não havendo efeito, não há empréstimo, e tem de demonstrar de acordo com a revisão orçamental feita por este Governo, o programa é Europeu e é lá que estamos candidatados, e só as verbas devidamente consignadas é que lá estão.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, diz que é exactamente isso que queria saber.

O Senhor Presidente da Mesa e o Senhor Presidente da Câmara esclarecem que aquilo era em Março, mas que naquele momento já estavam algumas.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, pede que essa informação adicional lhe seja facultada, que é para saber que está a votar com confiança.

O Senhor Presidente da Mesa pede para que se possa esclarecer esta situação informem de que verbas se tratam e a que se destinam.

O Senhor Presidente da Câmara diz que não é possível porque apenas estão candidatados e não homologados e que têm de ser financiados pela União Europeia senão não podem entrar em candidatura, isto para qualquer obra do Fundo Comunitário.

O Senhor Vice-Presidente diz que para ele o ponto 8 é rigorosamente igual ao ponto 7.

O Senhor Presidente da Mesa pede para que se clarifique a situação.

O Senhor Presidente da Câmara diz que vai tentar esclarecer desde o início, e começa por dizer que para o ano não há empréstimos, a não ser que mude o acordo com a Associação Nacional de Municípios; se não houver não há dinheiro nos bancos, nós só lá podemos ir este ano se conseguirmos ter 2 coisas: o bairro social com algum sancionamento do INH e os programas que já lá temos e que estão financiados pela Europa, sejam eles quais forem, é uma forma de abastecimento financeiro, e que ninguém deve ter dúvidas sobre isso. O Senhor Presidente acrescenta que está a pedir autorização para obras que estejam sancionadas pela Europa e para o bairro social, que são as duas únicas teses em que podemos ir buscar financiamento, porque se não o formos buscar este ano, para o ano bloqueiam-se os investimentos porque não há dinheiro.

O Senhor Presidente da Mesa coloca o ponto 8 a votação. Este foi aprovado com 11 votos a favor e 8 abstenções.

Declaração de Voto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

"Quanto ao empréstimo para acções previstas no Plano Plurianual 2002/2006, os deputados abstiveram-se com a seguinte declaração de voto.

Os deputados do P.S., abstém-se de votar, com os seguintes fundamentos:

1. A contratação de tal empréstimo, parece violar o artº 7 da Lei que aprovou o orçamento rectificativo para o ano 2002.

2. A formulação da causa do referido empréstimo " Autorização para a contratação de empréstimo até 400 000,00E para acções previstas no Plano Plurianual 2002/2006 com participação de Fundos Comunitários " é vaga .

3. O Plano Plurianual de Investimentos 2002/2006, não prevê nenhum projecto a ser participado pelos Fundos Comunitários, à excepção da Unidade de Recreio e Lazer, e à Concepção e Construção de Pista de Ski Sintética.

4. Contudo, esta obra foi dada como concluída, como refere o Sr. Presidente da Câmara Municipal, nos considerandos que antecedem assinatura em 31/01/02, do Regulamento de Concessão, outorgado entre o Município de Manteigas e o Consórcio CERTAR - Sociedade de Construções S.A., autorizada pela Assembleia Municipal em reunião de 26/02/99".

O senhor Deputado José Manuel Novo de Matos usa da palavra para fazer um pedido de esclarecimento à Mesa da Assembleia, diz que não esteve presente na última reunião e que soube que foi aprovado o regimento da Assembleia Municipal e o último regimento que recebeu, como sendo o mais elaborado é aquele que foi aprovado, e refere o artigo 9, dizendo de seguida que parece que mudaram a hora da reunião e queria perguntar se há alguma razão especial, e que queria protestar a alteração da hora e que quer fazer um repto à Assembleia se eventualmente poderiam alterar este ponto, apesar do regimento já estar aprovado.

O Senhor Deputado João Adelino Paixão Salvado, usa da palavra para dizer que relativamente ao horário e como representante do Grupo Parlamentar do PSD, se tinha decidido maioritariamente na comissão, e que estavam mandatados para o fazer, e nós demos-lhes poderes para que decidissem o regimento, decidiram e está decidido; agora podemos é particularmente concordar ou não concordar, pessoalmente o Senhor Deputado acha que a hora que estava anteriormente era a mais favorável, mas é obrigado a ter de aceitar o que foi decidido pela comissão.

O Senhor Deputado Novo de Matos disse que hoje não poderia fazer uma proposta porque não está agendada nesta reunião o ponto "outros assuntos", mas que na próxima Assembleia irá apresentar uma proposta para alteração deste ponto.

O Senhor Presidente da Mesa esclarece o Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos dizendo que a comissão nomeada para fazer o regimento entendeu por maioria aprovar essa hora, disse ainda que o regimento não era estático e que o senhor Deputado podia apresentar uma proposta.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, comunica ao Senhor Presidente da Mesa que ainda faltam sanar dois pontos segundo a sentença do tribunal, que não estão na ordem de trabalho, mas que não têm necessariamente de o ser na data de hoje.

O Senhor Presidente da Mesa comunica que como não constam da ordem de trabalho vão saná-los mais tarde.

Não havendo nada mais a tratar, o Senhor Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos, e em particular a daqueles que voltaram à Assembleia e que deram a sua colaboração à Assembleia. De seguida, deu por encerrada a Sessão, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida, comentada e votada, será assinada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

